

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL
NÍVEL MESTRADO**

GILMARA RITA OLIVEIRA CASTRO

**CONVERSANDO SOBRE A PROVA BRASIL E SUAS IMPLICAÇÕES
NO DIA A DIA DE ESCOLAS DA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE VIAMÃO-RS**

Porto Alegre

2017

GILMARA RITA OLIVEIRA CASTRO

**CONVERSANDO SOBRE A PROVA BRASIL E SUAS IMPLICAÇÕES
NO DIA A DIA DE ESCOLAS DA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE VIAMÃO-RS**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em Gestão
Educativa, pelo Programa de Pós-Graduação
em Gestão Educacional – Mestrado
Profissional da Universidade do Vale do Rio
dos Sinos - UNISINOS
Área de concentração: Educação

Orientador (a): Prof^ª Dr^ª Ana Lúcia de Freitas

Porto Alegre

2017

C355c

Castro, Gilmara Rita Oliveira.

Conversando sobre a Prova Brasil e suas implicações no dia a dia de escolas da zona rural do município de Viamão-RS / Gilmara Rita Oliveira Castro. – 2017.

103 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Gestão Educacional, Porto Alegre, 2017.

“Orientadora: Prof. Dr^a. Ana Lúcia de Freitas.”

1. Rendimento escolar. 2. Avaliação educacional. 3. Escolas – Organização e administração. 4. Escola – Viamão(RS). I. Título.

CDU 371.26

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecária: Bruna Sant’Anna – CRB 10/2360)

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL
NÍVEL MESTRADO

GILMARA RITA OLIVEIRA CASTRO

**CONVERSANDO SOBRE A PROVA BRASIL E SUAS IMPLICAÇÕES NO DIA A
DIA DE ESCOLAS RURAIS NO MUNICÍPIO DE VIAMÃO**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão Educacional, pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão Educacional da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

Aprovado em ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Mari Margarete dos Santos Forster – UNISINOS

Profª Drª Ana Lúcia Souza de Freitas – UNISINOS

Profº Dr. Gomercindo Ghiggi – UFPel

AGRADECIMENTOS

Ao carinho de meu esposo e minhas filhas. À minha orientadora, sagaz e mestra provocadora, que me desacomodou, provocando em mim muitas observações e interrogações ao longo desse um ano de convivência, me motivando, incentivando e fazendo aflorar uma transformação no processo de ensino e aprendizagem. Aos meus colegas de mestrado. A toda equipe de professores do Programa de Pós-Graduação em Gestão Educacional. À Secretaria de Educação do Município de Viamão, às escolas da zona rural e toda a comunidade escolar. A todos que contribuíram de uma forma ou de outra para que este trabalho acontecesse. À minha banca avaliadora que acreditou no meu trabalho.

GRITO DE MÃE

Eu sou a mãe terra.

Cansada de guerra, de ódio e violência, a minha aparência, não é mais aquela.

Da mãe grande e bela, que Deus quis e fez, pra muitos, em vez de casa e jardim.

De mãe até o fim, sou vil propriedade, no campo ou na cidade, vendida ou comprada.

A mãe já não sou, e o filho de outrora, meu dono agora, virou gigolô....

Com passos incertos, de braços abertos, tateando no escuro, meus filhos procuro.

E os quero de volta, da mesa em volta, do ódio dos esquecidos.

Na casa reunidos, sem medo, sem fome, que muito consome.

Do imenso cansaço, dos longos caminhos, voltai meus filhinhos, ao meu grande abraço.

Anseio de novo, o amor de meu povo, que encontre em mim.

A casa e o jardim, a mãe que Deus quis formosa e feliz.

A mãe que Deus fez para todos vocês.

Balduino Antônio Andreola

Porto Alegre. 3º Fórum Social Mundial.
Janeiro/2003.

RESUMO

São muitos os desafios e problemas que temos a enfrentar no dia a dia das escolas. Entre eles, a avaliação do rendimento escolar. Neste sentido, a Prova Brasil é uma importante ferramenta, cujos resultados integram a composição do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). O objetivo geral da pesquisa foi compreender as implicações da Prova Brasil no cotidiano de escolas da zona rural do município de Viamão. O estudo do tema, com base nos autores Arroyo; Audino; Barbosa e Melo; Bonamino; Chirineia e Brandão; Schneider; Werle, contribuiu para ampliar o entendimento sobre a importância do protagonismo da escola nas avaliações em larga escala. Nos caminhos percorridos, a visita inicial às escolas proporcionou uma visão sobre como é complexo participar de testes padronizados em escolas da zona rural. A partir da visita, foram selecionadas duas escolas e elaborados questionários online para analisar o que dizem os diferentes segmentos da comunidade escolar sobre sua experiência com a Prova Brasil no quinto ano. Esta escuta foi importante porque ajudou a compreender as implicações nas escolas pesquisadas, identificando alguns problemas. Entre eles, o desconhecimento dos resultados e a falta de discussão sobre a Prova Brasil na escola. Como resultado da pesquisa realizada, apresenta-se a proposição de que a gestão da escola “converse sobre a Prova Brasil” a partir da formulação de questionários online, onde todos os segmentos da comunidade possam acessar e responder, sem necessidade de identificação, expressando seu entendimento sobre a Prova Brasil, de modo a gerar dados para a discussão e a tomada de decisão com a comunidade escolar. Ainda que os resultados da Prova Brasil não sejam a única referência para avaliar a qualidade da aprendizagem na escola, o protagonismo na realização do exame e no uso dos resultados pode contribuir para a melhoria do desempenho escolar. Acredita-se que os questionários online utilizados nesta pesquisa podem servir de referência para outras elaborações nas escolas, a partir da proposição de seus gestores.

Palavras-chave: Prova Brasil. Ideb. Zona Rural de Viamão. Gestão da Escola.

ABSTRACT

There are many challenges and problems that we must face at schools every day. Among them, the evaluation of school performance. In this sense, Prova Brasil is an important tool, which results integrate the Basic Education Development Index (Ideb) composition. The research's general objective was to understand the Prova Brasil implications in the daily life of schools in rural area in Viamão. The study of the theme, based on several authors, has broadened the understanding of the importance of the school's role in large-scale evaluations. Along the way, the initial visit to schools provided a vision into how complex it is to participate in standardized tests in rural zone schools. From the visit, two schools were selected and an online questionnaire was elaborated to analyze what the different segments of the school community say about their fifty year experience with Prova Brasil. This listening was important because it helped to understand the implications in the investigated schools, identifying some problems. Among them, the lack of knowledge of the results and the lack of discussion at school about the Prova Brasil. As a result of the research, it is proposed that the management of the school "talk about the Prova Brasil" from the formulation of an online questionnaire, where all segments of the community can access and respond without the need of identification, so to generate important data for discussion and decision-making with the school community. Although the results of the Prova Brasil are not the only reference to evaluate the quality of learning at school, the protagonism in the accomplishment of the exam and in the use of the results can contribute to the improvement of school's performance. It is believed that the online questionnaires used in this research can serve as reference for other elaborations at school, from the proposition of its managers.

Keywords: Prova Brasil; Ideb. Rural Area of Viamão. School Management.

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 – Sistema de Avaliação	20
Tabela 2 – Descritores	22
Quadro 1 – Divulgação da Prova Brasil58
Quadro 2 – Incentivo e Participação	58
Quadro 3 – Dificuldades do Aluno na Realização da Prova Brasil	59
Quadro 4 – Trabalho com os Resultados da Prova Brasil.....	.60
Quadro 5– Reflexões.....	61
Quadro 6 – Responsabilidades	62
Quadro 7 – Transformações	63

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CE	Constituição Estadual do Rio Grande Do Sul
CEE	Conselho Estadual de Educação
CF	Constituição da República Federativa Do Brasil
CNE	Conselho Nacional de Educação
CORSAN	Companhia Rio Grandense De Saneamento
EB	Educação Básica
EJA	Educação de Jovens e Adultos
INCRA	Instituto Nacional e Colonização e Reforma Agrária
LDBEN	Lei De Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério de Educação e Cultura
MST	Movimento dos Sem Terra
P (ij)	Proficiência (Prova Brasil ou Saeb)
PME	Plano Municipal de Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
PRONERA	Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Brasileira
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEE	Secretaria Estadual de Educação
SME	Secretaria Municipal de Educação
SciELO	Scientific Electronic Library On Line
UNESCO	Organizações Das Nações Unidas Para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	16
2.1 Objetivo geral	16
2.2 Objetivos específicos.....	16
3 ESTUDO DO TEMA	17
3.1 Conhecendo o Ideb como avaliação de larga escala.....	17
3.2 A Prova Brasil	20
3.3 Educação do campo no Brasil e no Rio Grande do Sul.....	23
3.4 Ampliando o conhecimento sobre as temáticas – O que encontrei?	29
4 CAMINHOS PERCORRIDOS	35
4.1 Meu chão: o município de Viamão	35
4.2 Procedimentos metodológicos.....	37
4.2.1 Primeiro momento: trabalho de campo para o conhecimento e seleção das escolas.....	38
4.2.2 Segundo momento: elaboração dos questionários.....	44
4.2.3 Terceiro momento: trabalho de campo para a aplicação dos questionários	44
4.2.4 Diários da pesquisadora: registro da observação e reflexão durante a aplicação dos questionários na Escola Girassol	45
4.2.5 Diários da pesquisadora: registro da observação e reflexão durante a aplicação dos questionários na Escola Hortênsia.....	47
4.3 Questões éticas.....	49
5. CONVERSANDO SOBRE A PROVA BRASIL	50
5.1 O que diz cada um dos segmentos da comunidade escolar sobre a Prova Brasil.....	50
5.2 Convergências e divergências entre o que dizem os segmentos da comunidade escolar	57
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS	67
APÊNDICE A - DESCRIÇÃO DOS ARTIGOS DE TEMÁTICA “EDUCAÇÃO NO CAMPO”	71
APÊNDICE B - ARTIGOS RELACIONADOS AO IDEB NA BASE SCIELO	74
APÊNDICE C - ARTIGOS RELACIONADOS AO “ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA” NO PORTAL DA CAPES	79
APÊNDICE D - ARTIGOS RELACIONADOS À “PROVA BRASIL” NO PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES	80

APÊNDICE E - RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO (GESTORES)	85
APÊNDICE F - RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO (PROFESSORES)	89
APÊNDICE G - RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO (ALUNOS).....	92
APÊNDICE H - RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO (PAIS OU RESPONSÁVEIS)	95
APÊNDICE I - TERMOS DE CONSENTIMENTO	99
ANEXO A (MAPA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO – VIAMÃO).....	103

1. INTRODUÇÃO

O que me levou a escrever sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) – e em especial sobre a Prova Brasil - no dia a dia das escolas municipais da zona rural do município de Viamão foi minha experiência de trinta e dois anos trabalhando na educação desta rede de ensino. No início de minhas atividades, era a comunidade que fazia as benfeitorias, visto que a prefeitura não possuía recursos financeiros para investir nas instituições. Direção, professores, pais e alunos promoviam rifas, festas e eventos para arrecadar dinheiro e fazer as melhorias, tais como salas de aula, banheiros e mesmo auxílios com a merenda escolar. Era a comunidade que organizava-se para ampliar a infraestrutura das escolas. Não havia programas governamentais como os existentes nos dias de hoje.

Com o passar dos anos, a educação do município de Viamão foi se transformando. Com a Constituição Federal de 1988, essas transformações se iniciaram, ainda que em passos muito lentos. Em seu artigo 214, a Constituição faz referência ao Plano Nacional de Educação (PNE), dando uma maior visibilidade à educação. Mas as maiores mudanças se deram com a Lei de Diretrizes e Base Nacional 9394/96, que trouxe a obrigatoriedade do Plano Nacional de Educação em seu Inciso I do art. 9º. Foi a partir deste plano que começaram as transformações concretas nas escolas municipais de Viamão. Com essas mudanças, vieram alguns mecanismos que fizeram as instituições de ensino se adequarem à nova legislação. Podemos citar, entre eles, a criação do Círculo de Pais e Mestres (CPM), incluindo sua inscrição na Receita Federal (RF) e recebendo um número referente ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), e a criação dos Conselhos Escolares, possibilitando que as escolas recebam recursos financeiros do governo federal.

Também a partir do Plano Nacional de Educação, as avaliações de Larga Escala passaram a integrar o cotidiano escolar - entre elas, a Prova Brasil. Para que possam participar desta avaliação, as escolas se organizam para manter, no mínimo, um número de vinte alunos matriculados nas turmas que realizam esta avaliação – quinto e nono anos – sendo este um requisito do Governo Federal .

A pesquisa realizada será apresentada da seguinte forma: após a introdução, o segundo capítulo apresenta a delimitação da pesquisa - o problema, a questão de pesquisa e os objetivos.

O terceiro capítulo apresenta o estudo do tema, versando sobre o Ideb, a Prova Brasil e a educação do campo: o que é o Ideb, sua origem e relevância; a importância da Prova Brasil e como ela é feita; sua finalidade dentro do Ideb, abordando como ela pode contribuir na

promoção da aprendizagem; e um resgate histórico da legislação sobre educação do rural ou do campo, usando como base as Constituições Federal e Estadual e o Regimento Estadual da Educação do Campo. Este capítulo também apresenta uma ampliação do estudo dos temas a partir do aporte teórico de periódicos.

No quarto capítulo, caminhos percorridos, apresento as escolhas metodológicas que auxiliaram na seleção das escolas selecionadas, elementos que caracterizaram esta pesquisa. A primeira parte, intitulada *Meu chão: o município de Viamão*, apresenta uma retrospectiva da história do município, abordando sua formação, sua importância histórica e cultural. Também apresento as dezesseis escolas da zona rural, aqui nomeadas como flores, a partir do trabalho de campo inicial em que percorri cada uma delas, estabelecendo diálogo com as gestoras. Apresento ainda o processo de aplicação e elaboração do questionário online.

No capítulo cinco, *Conversando sobre a Prova Brasil*, apresento a análise dos resultados em dois momentos: o que diz cada um dos segmentos da comunidade escolar sobre a Prova Brasil (análise vertical); e, a seguir, as convergências e divergências entre o que dizem estes segmentos (análise horizontal).

No capítulo seis, apresento minhas considerações finais sobre a Prova Brasil e a sugestão de que a elaboração de um questionário online seja utilizada pelos gestores para propor a discussão sobre este exame nas escolas da zona rural do município de Viamão.

Esses são os propósitos dessa pesquisadora para uma educação que auxile em promover as escolas rurais do município de Viamão, priorizando a aprendizagem do aluno e considerando que a Prova Brasil, embora não seja a única referência, é uma ferramenta primordial para a qualidade do ensino e da aprendizagem, que interfere no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e precisa ser discutida na escola por todos os segmentos envolvidos.

2. DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

A Prova Brasil é um importante instrumento para a avaliação do desempenho dos alunos, mas sua aplicação não é bem compreendida pela comunidade escolar, gerando conflitos entre os atores envolvidos. O município de Viamão possui sessenta e quatro escolas, sendo dezesseis escolas na zona rural. Das dezesseis escolas da zona rural do município de Viamão, foram selecionadas duas, localizadas em regiões diferentes, levando em conta os seguintes critérios: participação continuada na Prova Brasil e aceitação do gestor na participação dessa pesquisa. Em cada escola foram pesquisados os quatro segmentos da comunidade escolar (gestor, professor, alunos e pais ou responsáveis), sendo aplicados questionários online, específicos para cada segmento, buscando compreender a seguinte questão: quais as implicações da Prova Brasil no dia a dia das escolas pesquisadas?

2.1 Objetivo geral:

Compreender as implicações da Prova Brasil no dia a dia de escolas rurais do município de Viamão.

2.2 Objetivos específicos:

- a) Identificar as ações dos gestores com o resultado da Prova Brasil nas duas escolas da zona rural do município de Viamão escolhidas.
- b) Analisar o que dizem os professores do quinto ano sobre sua experiência com a Prova Brasil
- c) Analisar o que dizem os alunos do sexto ano sobre sua experiência com a Prova Brasil
- d) Analisar o que dizem os pais ou responsáveis dos alunos do sexto ano sobre sua experiência com a Prova Brasil
- e) Analisar o que dizem os gestores sobre a experiência com a Prova Brasil na escola.
- f) Identificar convergências e divergências entre o que dizem os diferentes segmentos envolvidos na realização da Prova Brasil do quinto ano.
- g) Sugerir a formulação de uma ferramenta online para auxiliar na qualificação do trabalho pedagógico com o resultado da Prova Brasil.

3. ESTUDO DO TEMA

Este capítulo apresenta o estudo do tema, relacionando os três eixos teóricos que sustentam a pesquisa realizada: o Ideb como avaliação de larga escala, a Prova Brasil e a educação do campo. Além dos estudos bibliográficos, foi realizada uma busca nos portais de periódicos Scientific Electronic Library On Line (SciELO) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a fim de conhecer o que já tinha sido escrito nos últimos cinco anos sobre os temas propostos nesta pesquisa.

3.1. Conhecendo o Ideb como avaliação em larga escala

Dentre os principais problemas que comprometem a educação no país estão o excessivo número de alunos reprovados e evadidos e de estudantes com distorção idade-série nas escolas de Educação Básica. Estes índices causam preocupação à população e aos governantes e geram consequências desastrosas. Objetivando resolver estes problemas, o governo federal financiou, na última década, projetos que pudessem controlar o conteúdo ensinado nas instituições de ensino do país inteiro. Um deles é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Segundo Audino, “a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) como indicador de qualidade compreende dois componentes, [...] a Taxa de Aprovação e a média da Prova Brasil” (AUDINO, 2014, p.22).

Penso que esses fatores são poucos para se determinar esta problemática, visto que o país tem uma grande heterogeneidade de pessoas com diferentes dificuldades. A medida foi pensada com base nas modificações na Educação que ocorreram em nível internacional ao final dos anos 80. Pode-se dizer que a avaliação centralizada adotada no âmbito internacional (em especial na Europa e nos Estados Unidos da América) influenciou e orientou a criação do Ideb por Reynaldo Fernandes, então presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Levando em conta os dois indicadores supracitados Taxa de Reprovação e Evasão Escolar dos educandos nas instituições de Ensino, foi elaborada, em 2007, uma fórmula que seria referência em todo o Brasil, mobilizando os agentes da Educação para maior monitoramento da qualidade do ensino. Seu objetivo principal era unificar o processo de ensino e de aprendizagem no Brasil, acreditando que somente desta maneira conseguiríamos qualificar a área em nível nacional. Para compor este índice, foram escolhidos alguns indicadores fundamentais de avaliação, estando entre eles a Prova Brasil.

O Ideb considera o desempenho dos testes padronizados com o fluxo escolar, combinando a média e a taxa de reprovação, dando uma pontuação para a instituição e rede de ensino. O cálculo do Ideb é feito a partir da seguinte fórmula: $Ideb (ij) = N (ij) X P (ij)$, onde i refere-se à etapa/nível de ensino e j pode ser escola, rede de ensino, Região Geográfica, Unidade da Federação, Brasil, etc. Sendo assim, $N (ij)$ representa a taxa média de aprovação da etapa/nível na unidade, e $P (ij)$ representa a pontuação da prova.

Essa fórmula se define como indicador sintético e de fácil compreensão, ao combinar a taxa de rendimento (aprovação) conforme Censo Escolar, e a média dos testes padronizados (Prova Brasil de Português e Matemática) aplicados pelo INEP (Instituto Nacional de Pesquisa). (MEC 2007). As médias de desempenho para Ideb de escolas municipais são a Prova Brasil, juntamente com os dados do Censo Escolar. Este pode elevar ou não o Ideb, e sua escala variam de 0 a 10. Esse processo de avaliação tem por intenção cobrar mais responsabilidade das instituições e governantes no desempenho dos alunos, sendo seus resultados amplamente divulgados pela mídia. A avaliação de Larga Escala vem crescendo com o passar dos anos e se firmando como teste padronizado na educação do país. Para Esteban, “A avaliação externa em vigor desconsidera que a aprendizagem não se limita ao indivíduo, sim se vincula à cultura” (ESTEBAN, 2012, p.584). Há significação na escrita de Esteban, pois é um somatório de possibilidades, as quais responsabilizam os governantes em programas para o ensino de qualidade no Brasil.

Também a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), usa uma fórmula para avaliar a qualidade da educação: $MI=MF$, ou seja, Matrícula Inicial igual a Matrícula Final, não computando alunos evadidos, nem os transferidos. Para nós, brasileiros, esta fórmula não pode ser utilizada, pois nossa realidade é bem diferente daquela dos países europeus. Esta necessidade de adaptação a uma fórmula compatível mostra o diferencial da educação no país.

No Brasil, ainda há muitas discussões sobre a formação de professores, estrutura das escolas (física), práticas pedagógicas, perfil socioeconômico dos alunos e gestão nas escolas, sendo estes elementos fundamentais no resultado final do ensino quanto sua qualidade. O Ideb, como um teste padronizado, não considera como se deu o processo de aprendizagem, nem as suas peculiaridades locais, projetando-se em uma base comum de programas para conseguir melhorar o desempenho das escolas. No entanto, existem outras práticas que contribuem para validar os testes padronizados, mas que não são considerados: o trabalho dos gestores, prédios, metodologias, alunos, formação dos professores, localidades com diferentes realidades. Para a Educação, esses fatos não são computados, e sim as informações baseadas

em números e questionários respondidos pelos envolvidos no processo por meio destes dados. O cálculo do Ideb é feito a partir de dados da realidade, mas pode mascará-la para a sociedade. Sendo um cálculo estatístico e quantitativo de qualidade da educação, o índice não processa, por si, como é realizado o aprendizado. Precisamos saber como podemos fazer as transformações acontecerem. Nesse sentido, os resultados podem auxiliar o MEC/ INEP a projetar políticas públicas, com metas e ações para que os Estados e Municípios consigam melhorar a qualidade do desempenho de sua comunidade. A avaliação externa ganhou nos últimos vinte anos, uma efetiva discussão quase interrompida, como nos mostra as autoras, Bonamino, Werle (2015), sobre a temática educação pública e um novo conceito em qualidade da educação no Ideb. Estas autoras por um lado, tensionam sobre as falhas existentes nessas avaliações. Argumentam ainda que há falhas no processo de condução destes testes, que não condizem com a realidade para determinar a qualidade educacional do Brasil.

Mas por outro lado foi com o Ideb que os governantes federais começaram a conhecer um pouco da realidade do Brasil, estabelecendo Plano Nacional de Educação, cuja função refere-se a exigência de metas e estratégias para as redes de escolas públicas para qualificar o ensino como contrapartida do financiamento da federação. Com esta avaliação, os governantes pretendem estabelecer em todo o Brasil uma Educação com qualidade, destacando, através das formações, benefícios às escolas, e parcerias com o mercado livre, construindo um projeto de qualidade para a educação de todo o país. Dialogando com esse pensamento do Governo Federal, o estudo de Audino, mostra que este tipo de medida “pode ser importante para o planejamento das estratégias pedagógicas, pois permite um diagnóstico sobre o equilíbrio e desequilíbrio da taxa de aprovação” (AUDINO, 2014, p.23).

Esse planejamento vai auxiliar no projeto, desencadeando várias reflexões sobre o Ideb, realçando novos debates, caracterizando esta avaliação de larga escala como uma articuladora das instituições e os programas de governo para a educação brasileira, fazendo esse movimento se materializar ao reconfigurar uma melhor qualidade do ensino nas escolas. As escolas do campo também foram beneficiadas com o Ideb desde sua implementação, trazendo um diferencial em suas metas. Foi com esse acordo feito entre os três poderes que o município de Viamão começou a participar da avaliação de larga escala. O Ideb como parte integrante do PDE (2007) assume um compromisso de ações para melhoria da qualidade da educação básica, permitindo que houvesse nas escolas a Prova Brasil. Contudo, é uma avaliação na qual as escolas não participaram da sua construção. Na visão da comunidade escolar docente o Ideb veio para cobrar do professor mais responsabilidade, sem dar melhores

condições de trabalho. Ainda vale ressaltar que os gestores e professores ainda não dão a devida importância para o Ideb.

Mesmo tendo a consciência de que o Ministério de Educação e Cultura se utiliza da Prova Brasil como uma ferramenta do Ideb, é importante considerar que envolve outros fatores no sentido de buscar uma maior qualificação para a educação no país. A avaliação externa precisa ser internalizada como processo, mas não como uma imposição. Portanto percebo que necessitamos continuar avançando nesse processo de tomada de consciência sobre a importância da avaliação de larga escala. Destacamos assim que a Prova Brasil pode constituir-se como um potente movimento de reflexão da instituição para promover a qualidade da Educação Brasileira.

3.2 A Prova Brasil

Para corroborar com a necessidade da melhora do desempenho do ensino no Brasil, acompanhando o crescimento da economia do país, a educação precisava de bons investimentos. Houve, então, a necessidade de implantar instrumentos de avaliação nas instituições. Até então, contávamos apenas com o Sistema de Avaliação de Educação Básica (Saeb), que tem como principal objetivo avaliar a Educação Básica brasileira e contribuir para a melhoria da qualidade do ensino. O Saeb é composto por três avaliações externas em larga escala, fazendo coletas por porcentagem para conceber uma amostragem do nível do conhecimento das instituições de ensino no país.

Tabela 1 - Sistema de Avaliação da Educação Básica

Avaliação Nacional da Educação Básica - ano 1995	Avaliação Nacional do Rendimento Escolar – Prova Brasil- ano 2005	Avaliação Nacional da Alfabetização- Provinha Brasil – ano 2013
--	---	---

Fonte: Elaborado pela autora

Surge então a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), mais conhecida como Prova Brasil. Criada pela Portaria nº 69/04/2005, tem por objetivo principal avaliar a qualidade do ensino nas escolas públicas. Este instrumento foi elaborado para obter informações que auxiliem nas ações e melhorias da qualidade do ensino, também reduzindo as desigualdades e democratizando a gestão das escolas públicas. É uma avaliação censitária que envolve todas as escolas da rede pública de ensino, das zonas urbanas e zonas rurais, que

possuam no mínimo vinte alunos matriculados no quinto ano do ensino fundamental regular. A Prova Brasil é uma política pública feita pelo governo Federal, através Ministério de Educação e Cultura, possibilitando aos municípios retratar a realidade de cada escola em cada região desse país, avaliando assim as competências e habilidades desenvolvidas pelos professores. Desta maneira, podem-se detectar com maior precisão as dificuldades de aprendizagem dos alunos.

No ano de 2013, foi incluída como avaliação de larga escala a Avaliação Nacional de Alfabetização. Essa avaliação é chamada de Provinha Brasil e seu objetivo é mostrar se os alunos do terceiro ano estão plenamente alfabetizados. O resultado desse instrumento dá informações aos governantes sobre onde estão as maiores necessidades de investimento em programas e propostas de alfabetização.

É por essas informações e por meio de colaboração do município que a Secretaria Municipal de Educação assume um compromisso com o MEC, fazendo esta avaliação de larga escala nas escolas da rede municipal com turmas de quinto e nono ano, tanto da zona urbana como rural.

No documento “Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas” publicados pelo MEC no eixo Educação Básica, está destacada essa mudança:

O SAEB, inicialmente não permitia uma visão clara da realidade de cada rede e menos ainda de cada escola que integra. A Prova Brasil deu a nitidez à radiografia da qualidade da educação básica. A percepção que tinha anteriormente era de que nenhuma escola ou rede pública garantia o direito de aprender- um clichê injusto imposto à educação básica pública como um todo. A Prova Brasil revelou que isso não era verdade. Confirmou sim a existência de enormes desigualdades regionais, muitas vezes no interior do mesmo sistema. Mas ao mesmo tempo, revelou boas práticas de escolas e redes de ensino que resultam em aprendizagem satisfatória. (BRASIL-MEC 2008, p. 20).

Em suma, a avaliação do Rendimento Escolar feita pelo instrumento da Prova Brasil procurou mostrar aos governantes como estava na realidade o ensino no Brasil. Essa pesquisa vai se tratar especificamente sobre a Prova Brasil no quinto ano nas escolas de educação do campo com relação ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), responsável pela elaboração e distribuição da Prova Brasil. Os dados foram retirados do site, onde há modelos de Prova Brasil, feita dentro dos Parâmetros Curriculares Nacionais, (PCNS), com auxílio de professores e pedagogos de todo o país.

A Prova Brasil é composta de quatro blocos (1, 2, 3, 4) e uma folha resposta, sendo 22 questões de Língua Portuguesa, e 22 questões de Matemática, onde somente uma resposta é a

certa. Essa avaliação de larga escala é realizada a cada dois anos. Conforme os autores Netto, Castro e Sousa ela “não tem por objetivo avaliar o desempenho dos alunos, mas sim o sistema educacional” (CASTRO e SOUSA, 2010, p. 69).

Os resultados são avaliados por escolas e também fornecem informação sobre a comunidade escolar por meio de questionários respondidos pelos alunos, professores e gestores das escolas. Na Prova Brasil os alunos respondem questões de nível fácil, médio e difícil, enquanto os questionários respondidos fornecem dados sobre o contexto da realidade da escola (estrutura física), dos professores e gestores (formação acadêmica) e alunos (estrutura familiar e socioeconômica).

O conteúdo abordado na Prova Brasil, chamado de Matrizes de Referências, que são um recorte do currículo, se inserem no conjunto de habilidades consideradas essenciais para os testes padronizados. Esses referenciais foram revisados pelo MEC em 2001, reunindo os conteúdos (assuntos, temas) e fazendo a divisão por tópicos e descritores - que são as habilidades específicas, como, por exemplo, *identificar, interpretar e reconhecer*. (MEC, 2013, p. 8).

A estrutura do caderno é composta por itens agrupados por área do conhecimento (Português e Matemática). Conforme explicita o próprio Caderno da Prova Brasil:

[...] na avaliação do 5º ano, para cada uma das áreas do conhecimento, são montados 7 blocos contendo 11 itens cada, totalizando 77 itens. Cada caderno de prova é montado agrupando 2 blocos de Língua Portuguesa e 2 de Matemática. A combinação dos blocos resulta em 21 cadernos de prova diferentes. (MEC, 2013, p.14).

Tabela 2 - Descritores

HABILIDADES/DESCRITORES - Língua Portuguesa	TÓPICOS
Localizar informações – Inferir o sentido de palavra	Leitura personagens, ação, tempo
Crônicas, reportagens, poemas descritivos e argumentativos	Pronomes, substantivos, pontuação
HABILIDADES/DESCRITORES - Matemática	TÓPICOS
Grandezas e medidas	Figuras geométricas, medidas de tempo

Números e operações	Horas, Frações, resolver problemas
Espaço e Medidas	Gráficos, tabelas, múltiplos

Fonte: Elaborado pela autora

As provas são distribuídas para todas as regiões do Brasil, onde há parceria com o Estado. É divulgado na mídia o dia da aplicação da Prova Brasil, também os questionários. Para o Ministério de Educação (MEC, 2007, p.17), as informações da Prova Brasil “expõem à sociedade os resultados gerais da sua avaliação, colocando à administradores, gestores, professores, diretores de escolas, alunos e especialistas informações que permitem um olhar qualitativo sobre as redes e cada escola”.

A avaliação de larga escala, projetada por meio da Prova Brasil, necessita de medidas a serem tomadas pelas escolas para que traga implicações na aprendizagem dos alunos. Não deve ser uma avaliação feita exclusivamente porque é uma exigência do governo, mas precisa ter sentido para os participantes envolvidos nesse processo. Os conteúdos dos PCNs devem ser contemplados dentro do planejamento do professor para que as atividades façam sentido ao aluno. Devem ser trabalhadas em sala de aula atividades (exercícios) semelhantes às da Prova Brasil para quando for aplicada, os alunos já estejam familiarizados com os tipos de questão.

Também é importante o envolvimento dos gestores em todo o processo de participação da escola na realização da Prova Brasil, a fim de que o uso dos resultados contribua para transformar ações da comunidade escolar, tendo em vista o bom desempenho no ensino e na aprendizagem na educação do campo.

3.3 Educação do campo no Brasil e no Rio Grande do Sul

Embora o Brasil fosse um país essencialmente agrário no século XIX, nunca foi citada a educação rural no ordenamento jurídico das Constituições de 1824 e 1891. Assim, remete-se às primeiras décadas do século XX o Congresso da Agricultura do Nordeste Brasileiro, ano de 1923, como primeira referência a esse tema. Neste congresso, discutiu-se a importância dos patronatos destinados aos menores pobres das regiões rurais.

A Constituição de 1934, sob o governo de Getúlio Vargas, apresentou grande influência do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova incorporando a ideia de educação rural como responsabilidade do poder público. No artigo 156, em parágrafo único: “Para a realização do ensino da zona rural, vinte por cento das cotas destinadas à educação no

orçamento anual. (BRASIL, 1934, art. 156). Ao fazer este parágrafo único, o governo dá uma interiorização no ensino, já que a grande maioria da população vivia no campo e a economia do Brasil era quase exclusiva da terra, mantendo assim o poder de controle sobre a população. A Constituição de 1934 teve durabilidade de três anos quando foi substituído pela Constituição de 1937, outorgada por Getúlio Vargas, decretando o Estado Novo, período em que o ensino sofreu consequências autoritárias com muita repressão.

No ano de 1942, assumiu o Ministro Senhor Gustavo Capanema, o qual fez novas reformas na educação regulando-a por meio de decretos – Leis que até 1946 foram chamadas de “Conjunto de Leis Orgânicas do Ensino”. Estas organizavam os níveis de ensino em Primário, Secundário, Industrial, Comercial, Normal, Agrícola. A lei Orgânica do Ensino Primário nº 8.529 de 1946, falava do meio rural em seu Capítulo I, no seu artigo nº 15. Esta relatava que:

A duração dos períodos letivos, de férias, será, fixado conforme conveniências regionais, indicadas pelo clima das zonas rurais, período de plantio e colheita dos produtos agrícolas, favorecendo a vida dos agricultores que necessitavam dos filhos para ajudar na colheita ou plantio de produtos. (BRASIL, 1946, art. 15).

Nesta lei, também se falava da responsabilidade dos granjeiros e empresários agrícolas. Nela estava fundada a obrigação de facilitar para que as crianças fossem à escola. O artigo de nº50 se reporta à formação de professores para atuar na zona rural:

Os Estados e os Territórios poderão organizar, com fim de preparar docentes de emergência, classes de alfabetização em zonas população muito disseminada, e com o fim de divulgar noções de higiene e organização de trabalho, missões pedagógicas itinerantes, bem como campanhas de educação de adolescentes e adultos. (BRASIL, 1946, art. 50).

Nesse sentido, saliento a fala de Arroyo (2010), que nos escreve sobre formação de professor para a zona rural usando como referência o Estado do Paraná, que atendeu uma grande demanda da população destas áreas naquela localidade – em especial os filhos dos agricultores da lavoura de café.

Retorno à Lei Orgânica do Ensino Normal, Decreto-Lei de nº 8.530 de 1946, que fala sobre as questões do meio rural em seu artigo 47, o qual afirmava que cada curso normal regional deveria manter no mínimo duas escolas primárias isoladas. Ainda em 1946, o Presidente da República, Senhor Gaspar Dutra, decretou a “Lei Orgânica do Ensino Agrícola”, com o nº 9.613. Este decreto estabelecia as bases de organização e do Regime de Ensino Agrícola, responsável, portanto, pela formação e preparação dos jovens e adultos por

uma qualificação. Possibilitava aos alunos o ingresso na Faculdade de Agricultura ou Veterinária, também formando professores para disciplinas próprias do Ensino Agrícola.

A Constituição de 1946 retomou alguns aspectos da Constituição de 1934, assegurando aos brasileiros a livre expressão. Também foi elaborada a Lei de Diretrizes e Base da Educação, que afirmava ser a educação uma “responsabilidade da família”. Nesse sentido, dava ao Estado um papel secundário. Em síntese, todos tinham direito, mas somente alguns conseguiam obter sucesso. Na educação rural, o Estado passou suas responsabilidades para a educação campestre, na qual os empresários agrícolas e os industriais eram obrigados a manter os filhos dos empregados na escola e as empresas tinham que ter mais de cem empregados para terem esta obrigação.

Em 10/12/1957, promulga-se a Constituição, onde é sinalizada a importância da educação. Em seu artigo 132, descreve que o Estado fundará instituições ou dará fundadas por associações civis, tendo umas e outras, por fim de organizar para a juventude períodos de trabalho anual nos campos.

A Primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) foi aprovada no dia 20/12/1961, possuindo ideias bem conservadoras que apresentavam alguns aspectos importantes para a zona rural. No seu artigo 32, decretava que os proprietários tinham que ter uma escola em suas terras para os filhos dos agricultores, facilitando a permanência das crianças na aula. Seu artigo 57 indicava a possibilidade de que a formação de professores, orientadores e supervisores pudesse ser feita em estabelecimentos que promovessem a integração no meio rural (BRASIL, 1961).

A segunda LDB, Lei nº5. 692 de 1971 trouxe à educação rural alguns avanços, tais como a necessidade dos currículos de 1º e 2º graus atenderem às peculiaridades regionais. Incidiu também sobre o calendário escolar, que deveria respeitar a época de plantio ou colheita de produtos agrícolas, conforme seu artigo 11, no parágrafo segundo. Na parte da formação dos professores não houve alteração, indicando que estes haviam apenas que atuar de acordo com a região onde estavam (artigo 29). Na LDB de 1971, não houve muita responsabilidade do poder público, apresentando uma aparente despreocupação com a educação na zona rural, atribuindo às famílias a resolução desta situação.

Ao analisarmos as Constituições anteriores a 1988, as LDB e os Decretos até então publicados nos trazem à tona a ideia de que a educação no meio rural sempre foi um problema de nível nacional para os nossos governantes e que nesse período houve algumas tentativas para melhorar a qualidade da educação, proporcionando pequenos avanços.

A Constituição de 1988, em seu artigo 205, relata que a educação é “um direito de todos e dever do Estado” (BRASIL, 1988), transformando-a em direito subjetivo, independentemente de onde resida o cidadão, se na zona urbana ou na zona rural. Dessa forma, a Constituição abrangeu todos os níveis e modalidades de ensino ministrado em qualquer parte do Brasil. Apesar disso, a Constituição não especificou cláusulas para a educação do campo. A LDBEN, Lei 9394, promulgada em 20/12/1996, deu um tratamento diferenciado para a educação. Em seu artigo 23, afirma que a educação básica tem por finalidade desenvolver o educando na sua forma integral. (BRASIL, 1996), onde o sistema tem que ofertar a educação plena para o educando, favorecendo seu desenvolvimento como pessoa cidadã.

O artigo 28 da LDB nos explica sobre a oferta da educação para a população rural, exemplificando em seus incisos I (elaboração de metodologias e currículos para zona rural, parte diversificada); II (organização própria, adequação do calendário para a comunidade rural conforme época de plantio); e III (adequação da natureza do trabalho na zona rural, época da colheita). São as diferenças postas em lei como direito dos alunos de escolas da zona rural.

A resolução de nº 01/03/2002 institui Diretrizes Operacionais para a educação do campo. Em seu artigo de nº 02, no parágrafo único, descrevendo sobre a identidade do campo, é definida pela vinculação das questões inerentes a sua realidade. (BRASIL, 2002). O Decreto de nº7352 de 2010 dispõe sobre a política de educação e o Programa Nacional de Educação do Campo e a Reforma Agrária (PRONERA). Este Decreto, em seu artigo de nº 2, revela os princípios da educação do campo. Exemplificando no inciso I, nos fala sobre a diversidade do campo; no inciso II, a formulação de projetos políticos pedagógicos; no inciso III, se reporta para a formação de profissionais para trabalharem em escolas do campo; no inciso IV, incentiva a valorização da escola do campo; no inciso V, o controle dos movimentos sociais que acontecem no campo. (SECADI, 2012).

O Parecer de nº 36 de 2001 tem por objetivo propor medidas para adequação da escola à vida do campo. Neste parecer, a educação do campo incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas, da agricultura, pesqueiros, caixaras, ribeirinhos e extrativistas. Este parecer vem com o intuito de consolidar a educação do campo, agregando todo o tipo de população que estavam à margem da sociedade. (BRASIL, 2001). Este parecer é fortificado pelo artigo 28 da LDB (1996), reportando a oferta da educação básica para a população do campo, fazendo os ajustes necessários para as peculiaridades de cada localidade, oferecendo as modalidades da Educação Infantil e o Ensino Fundamental I e II.

Esse conjunto de leis, pareceres, resoluções e decretos trouxeram uma nova abordagem para a educação do campo, ainda que hoje a realidade da vida do campo não seja mais apenas uma especificidade rural, pois a tecnologia em tempo real conecta os acontecimentos do campo com o mundo, ou seja, os maquinários de última geração fazem a transformação da localidade rural, trazendo dificuldade de delimitar seus contornos (AUED; VENDRAMINI, 2009).

De acordo com Arroyo (1999, p.16): “O campo não está parado, o campo está vivo, há mais vida na terra do que no asfalto da cidade”. Este me parece um ponto fundamental na fala do autor, pois nos revela a diversidade em uma sociedade com vários atores, os quais possuem os mesmos objetivos, porém com ideias diferentes para alcançarem o mesmo fim. Nas palavras de Arroyo:

A construção da educação básica, já está construída porque há um movimento social acontecendo. Colocando questões radicais com projetos populares amplos, estreitando a relação entre as mudanças sociais, propiciando aos educadores um momento de reflexões e debates dentro dos espaços escolares rurais. Com sensibilidade de recriar valores sociais, políticos. Os valores que estão sendo semeados para germinar novos frutos. (ARROYO, 1999, p.17-18)

Miguel Arroyo nos mostra em seu livro “Educação Básica e o movimento Social” (1999) que houve um movimento formado pelos trabalhadores do campo junto à sociedade para a criação de políticas públicas para as escolas do campo ou rurais, contando com grande mobilização da sociedade civil e dos movimentos sociais organizados e comprometidos com a causa. A Educação do Campo ou rural mobilizou as escolas, fazendo os governantes repensarem nas soluções para os conflitos e problemas antigos com o trabalhador rural, contribuindo desta maneira para reflexões fundamentais, da sociedade brasileira, mesmo tendo como princípio o regime capitalista brasileiro.

Neste contexto, surgiram o Plano Nacional de Educação (PNE), e as Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo, formalizando assim os direitos dos povos do campo à educação escolar para todos independente de idade.

A Constituição do Estado do Rio Grande do Sul foi promulgada no ano de 1989. Em seu artigo 216, parágrafo 2, afirma que na área rural para o grupo de escolas de Fundamental incompleto, haverá uma escola central de Fundamental Completo que assegure o número de vagas suficiente para absorver os alunos daquela região. (BRASIL 1989). Neste contexto, a educação do campo no Estado do Rio Grande do Sul tem um projeto diferenciado pautado no ensino agrícola, na implementação da Reforma Agrária, com aspirações de liberdade

políticas, igualdade social, direito ao trabalho, à terra, a saúde, aos trabalhadores rurais. Conforme Arroyo (1999, p. 24),

O Campo dinamiza a ligação com a terra e a sociedade humana, dessa forma, caracterizando a educação do campo voltada para os valores e manifestações culturais das regiões, transformando a participação dos espaços escolares em projetos participativos que contribuem para o crescimento da qualidade do ensino e aprendizagem do homem que vive no campo.

A Escola do Campo tem como raízes no acesso a terra o combate à fome e a miséria, geração de renda, redistribuição da terra, como também na construção de atitudes e valores para novas relações de gênero, partilha poder, saber e direitos.

A secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul no uso de suas atribuições elaborou o Regimento Padrão para a Educação do Campo (BRASIL, 2014), considerando o campo como emancipatório, fecundo de construção de democracia e da solidariedade. Está é a concepção Filosófica de Educação do campo na visão do Estado do Rio Grande do Sul, embasando assim o direito à educação e sentimentos fundamentais na formação da identidade com o campo inspiradas nos princípios de liberdade, ideais, solidariedade humana, proporcionando o pleno desenvolvimento do educando (BRASIL, 2014).

A educação garante ao aluno sua integração participativa nos movimentos sociais e democráticos de cidadão gaúcho e brasileiro. Ao constituir o objetivo da educação do campo, recria valores, atitudes, conhecimentos e práticas pertencentes à terra, envolvendo o aluno com tecnologias e informações que possam ser usadas para seu benefício e da comunidade em que está inserido. O objetivo fundamental é dar ao aluno o sentido de valorização da vida e das relações dos seres vivos entre si e com a natureza.

A escola do campo tem seis objetivos que fortalecem sua estrutura, sendo eles: I - reconhecimento de seus modos de vida, culturas, tradições, memórias coletivas para construção da identidade das crianças, adolescentes, adultos; II - valorização dos saberes naturais e ambientais; III - afirmação de pertencimento a região; IV - calendário conforme as peculiaridades locais; plantio de agricultura; V - garantia de seus direitos a educação e VI - garantia ao processo de educação; altas habilidades ou deficiências, em turmas regulares. A legislação outorga os direitos que o cidadão do campo tem e necessita que sejam cumpridos pelos nossos governantes.

3.4 Ampliando o conhecimento sobre as temáticas – O que encontrei?

Merece destacar que, nos últimos quinze anos, no Brasil, tem se produzido um conjunto significativo de pesquisas sobre as temáticas do Ideb, da Prova Brasil, da Educação Rural e Educação do Campo. Estas vem tomando relevância nas teses, dissertações e em periódicos. Destacamos análise realizada nos portais Capes e Scielo de periódicos, tomando por base o período de 2010 a 2015. A busca feita a esses portais resultou em um total de 126 achados. Salientamos a partir do estado do conhecimento feito a pouca existência de trabalhos que dialogam diretamente com nosso tema, o que nos mobilizou na continuidade do estudo. Assim, destacamos a análise de dez trabalhos que se assemelham de modo mais direto ao nosso tema.

O trabalho de Cordeiro; Alvarenga, (2015), sobre Embate entre paradigmas de políticas para a educação em espaços rurais no Brasil contemporâneo constitui-se como significativo para esta pesquisa. As autoras fazem uma retrospectiva do ano de 1940 até os dias atuais, argumentando que o modelo econômico neoliberal responsabiliza a população rural pelo atraso do país. Também se reportam à nova estrutura do currículo do Ministério de Educação e Cultura (MEC) no ano de 2007, onde se destaca a preocupação com o alto número de alunos reprovados e evadidos, apontando para a necessidade de um ajuste do currículo para a educação do campo e de formação específica para os profissionais trabalharem nestas áreas. Fundamenta aos leitores que havia uma necessidade de mudar a maneira de trabalhar dentro das instituições chamadas escolas do campo. Apesar destas mudanças, ainda havia muito a fazer até se conseguir ter considerável dignidade para lidar com esses problemas estruturais.

Neste referido artigo é explanado, ainda, que no ano de 2011 se tinha 39% de escolas na área rural com turmas multisseriadas, pois não havia alunos suficientes para os professores darem aula. O agricultor não acreditava na educação de qualidade para seu filho, e os profissionais também não tinham qualificação necessária para trabalhar nestas instituições onde a realidade é diferente da realidade urbana.

Merece dizer que, com a implementação da Lei de Diretrizes e Bases (9394/96), as ações concretizadas pelo governo nos anos de 2007 a 2011 constituíram-se como possibilidade de transformações para a Educação da população do campo. Alinhado à LDB (9394/96) temos os Parâmetros Curriculares Nacionais (PNCs) que estabelecem nova diretriz

para a educação que passa a ser compreendida como Educação do Campo – e não mais Educação Rural¹.

Como podemos ver os estudos de Cordeiro e Alvarenga (2015), a perspectiva da Educação do Campo deve ser lida na relação campo-cidade, mas não interpretada de forma linear. O autor nos mostra que os conhecimentos do homem do campo têm diferença, pois sua cultura e valores sociais refletem seu lugar no espaço do campo, fazendo sua identificação com a terra. Ao fazermos esta relação, não podemos negar a contribuição do homem do campo na sociedade para a construção do país. De acordo com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECAD 2007), o homem do campo luta e faz a transformação de território mostrando no Conselho Nacional de Educação como gostaria que fosse a educação do campo. Esse é um dos motivos que leva as autoras explanarem sobre a 1ª Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo, ocorrida no ano de 1998. Foi nessa Conferência que houve a promulgação das Diretrizes Complementares e Princípios para o Atendimento da Educação Básica do Campo.

A Educação do Campo busca marcar contradições e comprometimento de políticas para esse espaço, se apropriando nos movimentos sociais e reconstruindo, com uma releitura própria para os povos do campo, seu currículo. Figueiredo atribui estas dimensões dentro do contexto de transformações no espaço político, dizendo que:

[...] A disputa paradigmática entre educação rural e educação do campo ganha novas dimensões, pois se delineia a afirmação da educação do campo, na construção de uma política nacional de educação do campo e a ressignificação do projeto de nucleação das escolas rurais. (FIGUEIREDO, 2015, p. 13).

O estudo de Souza (2012), tem um grande significado nesta pesquisa, pois mostra como a educação do campo cresceu com o passar dos anos, trazendo novas ideias para sua autoafirmação dentro da sociedade. Segundo o autor, a educação do campo se propõe à superação da educação rural. Considerando a luta pela reforma agrária, indaga e analisa as políticas públicas para a educação do campo, explanando também a substituição da educação rural, diferenciando o sujeito em seu tempo, recorrendo aos saberes por meio do currículo. Faz uma alusão à experiência de educação do campo articulando educação e cooperação. Revela que a educação rural está integrada à política econômica, assumindo a forma que lhe determina o Estado. Destaca as conquistas efetivadas na educação até 2012. Também explica sobre as características da educação do campo, traça uma linha do tempo sobre as

¹A partir de 2007, passa a ser usado a nomenclatura Educação do Campo. Nesse sentido, o texto alterna-se ora usando Educação do Campo ora Educação Rural.

propriedades do ponto de vista jurídico como teve início o sistema de posse da terra, dentro da legislação vigente até os nossos dias. Dá-nos um breve relato sobre a nucleação das escolas e as principais conquistas da educação do campo. Este artigo é importante para essa pesquisa, pois nos mostra as práticas educativas e como os movimentos sociais interagiram.

Também a autora Ribeiro, em sua pesquisa intitulada *Educação do Campo embate entre o movimento camponês e Estado*” (2013), explicita que a educação do campo está voltada para os modos de vida e de trabalho, sendo que o Estado brasileiro fornece programas educacionais para a população do campo. Apesar disso, destaca que ainda existem confrontos com o modelo neoliberal da sociedade que sustenta as ações de governo. Esta influência vem de recursos financeiros solicitados pelo MEC aos banqueiros internacionais, e a população do campo tem que então se readaptar as novas propostas de ensino. Esse problema gera conflito, pois o novo trazido pelos movimentos sociais são as articulações, com estudo e teoria, fazendo o aluno exercitar a teoria na prática em uma articulação que pode trazer revoluções para a educação do campo.

Também explicita que a educação do campo possui vários programas que auxiliam a multiplicidade e a riqueza de experiências. Ribeiro relata, assim como Arroyo, que as escolas do campo só mudavam de espaço territorial, mas o ensino era igual ao da escola urbana. A partir de uma nova maneira de se pensar o habitante da área rural que houve uma mudança na legislação.

Outro estudo que ajuda a fundamentar esse trabalho é “Movimentos Sociais e a construção de outros currículos” de Arroyo (2015), que também destaca o papel dos movimentos sociais. Segundo o autor, “a conquista da educação do campo [...] está ligada à reforma agrária organizada pelos movimentos sociais, que ocupam a terra”. (ARROYO 2015, p.26). Nesta fala do autor, fica claro que houve uma mudança no campo com esses movimentos, os quais conquistaram uma estrutura curricular própria para as escolas rurais, trazendo uma nova proposta de aprendizagem baseada em seus valores sociais. A grande transformação iniciou-se com base em ideais ligados à Reforma Agrária, podendo-se destacar, portanto, que os movimentos sociais tiveram um papel importante nesse processo.

Também nos descritores da CAPES e Scielo, encontrou-se estudos sobre o descritor Ideb, após leitura atenta, destaca-se a relevância de seis pesquisas que complementam nosso tema.

Barreto e Alves (2014) tecem seus estudos sobre “Educar para crescer ou auditar para o desenvolvimento?” As autoras analisam o funcionamento de uma seção do site “Educar para crescer”, que divulga o resultado do Ideb a partir dos estudos culturais e da noção de

discurso foucaultiano. Este site aborda o processo de movimento e execução dos resultados do índice, dando de retorno às instituições e à sociedade o desempenho das escolas nesse processo que busca a qualidade do ensino no Brasil. Segundo as autoras, são esses discursos que possibilitam sabermos as “verdades sobre o trabalho escolar, à docência e o ensino bem-sucedido”. (2014, p.342). O objetivo deste site é mostrar à sociedade que é por meio do Ideb que as políticas públicas são desenvolvidas para elevar a educação no Brasil. Nesse sentido que os governantes incentivam os Estados e municípios para se inserirem nesse processo de avaliação, onde são reforçados os padrões de qualidade nas instituições de ensino.

Outro trabalho que discute a qualidade da educação é o artigo de Chirineia e Brandão (2015), intitulado “IDEB como política de regulação do Estado e legitimação da qualidade: em busca de significados”. Segundo essas autoras, discutir a qualidade da educação básica legitima a avaliação externa, combinando a nota da Prova Brasil, ao mesmo tempo em que qualifica a organização das escolas, reformas e estruturas da administração pública. Argumenta também que para a qualidade se consolidar é necessário considerar outros fatores externos e internos nas prestações de contas, não só a Prova Brasil e o censo.

O artigo intitulado “O IDEB e a construção de um modelo de accountability na educação básica brasileira” (2013), dos autores Schneider e Nardi, analisa a medida do governo brasileiro para aferir o desempenho educacional dos educandos. As autoras explicam que somente a Prova Brasil é censitária, sendo a Prova Brasil responsável pelo monitoramento dos resultados, fazendo com que haja mais transparência na divulgação desses resultados. Os artigos referendados são mencionados nessa pesquisa por trazer fatos de relevante importância pelos assuntos pesquisados.

Ampliando um pouco mais as buscas, procurei no portal de Periódicos da Capes por artigos com expressão “Índice de desenvolvimento da Educação Básica”. Foi utilizado o filtro para que se encontrassem apenas os resultados dos últimos cinco anos. A pesquisa retornou como resultado 28 artigos. A partir da leitura dos resumos, somente dois se identificavam com a pesquisa em questão. A classificação utilizou os mesmos parâmetros das anteriores, sendo classificados os textos após a leitura como forma mais ampla. Registro também que houve um texto não acessível em nenhuma revista, apesar de aparecer no resultado da busca, o que não possibilitou sua análise mais profunda.

O artigo “Contribuição para o debate sobre a escola pública: o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)”, publicado por Paz e Rphae (2012), aborda a operacionalização do Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação e sua culminância com o Ideb, por meio de entrevistas e questionários os quais foram aplicados para refletir

sobre os impactos de resultados sobre o índice. Os autores verificaram que o Ideb reduziu a complexidade dos contextos educacionais a uma política de avaliação, trazendo transparência nos resultados.

O artigo publicado pelos autores Barbosa e Mello denominado “A gestão Escolar e a busca pelas melhorias na aferição do Ideb” (2015), reflete sobre os dados de pesquisa desenvolvidos pela CAPES, e analisa a dialógica dos gestores escolares pautados na realidade das escolas de ensino fundamental perante o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) em duas escolas do município de Viçosa, SP. Os autores tinham como objetivo perceber o desempenho do papel de gestores dentro do espaço escolar. Concluíram que, nos últimos anos, a aferição do índice das escolas públicas está avançando para a qualidade do ensino nas escolas. Também é verdade que, como o IDEB é quantitativo, prevalece o aspecto qualitativo na aprendizagem dos alunos. Segundo esses autores é conveniente que as investigações priorizem ações educativas, as quais apontem rumos novos para corrigir as distorções e fracassos escolares, melhorando assim a gestão nas escolas.

Neste sentido, complemento a análise também com uma busca pelo artigo com a expressão do instrumento “Prova Brasil” no título do portal de Periódicos da CAPES. Justifico em função de que os resultados da Prova Brasil são utilizados como fonte de dados neste trabalho. O resultado da busca foi de 11 artigos, sendo descartados um artigo repetido e um artigo que não falava sobre o tema.

Para Barreto (2010) em seu artigo intitulado “Educar para crescer ou auditar para crescer? Governando para o desenvolvimento”, o mesmo aborda uma pesquisa com professores do 5º ano, analisando as respostas destes sobre a Prova Brasil.

Esse levantamento de estudos traz importante contribuição para essa pesquisa, relacionando a Prova Brasil com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Esta pesquisa proposta não só analisa a resposta dos professores da rede como de gestores, alunos e pais. Esta é a nova releitura para buscar, com essas aprendizagens, uma educação de qualidade, destacando, no processo de investigação, contradições entre a prática e a teoria. Os artigos pesquisados me trouxeram avanços na pesquisa, pois o assunto em questão já foi pesquisado por alguns autores, como o site Aval. Educ., que nos traz a qualidade das políticas públicas e seu desempenho no Ideb, nos propiciando importantes dados quantitativos no crescimento das avaliações de larga escala, onde a Prova Brasil tem um papel fundamental.

O artigo de Arroyo (2015), sobre os “Movimentos Sociais e a construção de outros currículos”, nos mostra a diferença entre escolas rurais e escolas do campo e o porquê houve a transformação na legislação brasileira e como os movimentos sociais se mobilizaram para que

este fato acontecesse. Arroyo nos fala que é essencial os professores terem uma formação específica para escolas do campo, pois os valores culturais são diferentes e a comunidade escolar tem propostas para a educação nesse espaço. Na presente pesquisa, enfatizo este autor em especial devido à sua preocupação com a temática em questão, buscando qualidade e equidade para a Educação do Campo de acordo com o cumprimento da legislação em sua totalidade. A partir do explanado daremos continuidade à pesquisa a partir dos caminhos percorridos.

4. CAMINHOS PERCORRIDOS

Neste quarto capítulo, intitulado *Caminhos Percorridos*, apresento as escolhas metodológicas que auxiliaram na seleção das escolas e dos demais elementos que caracterizaram esta pesquisa. A primeira parte, intitulada *Meu chão: o município de Viamão*, apresenta uma retrospectiva da história do município, sua formação e sua importância histórica e cultural.

A seguir, apresento os procedimentos metodológicos, realizados em três momentos. No primeiro, o trabalho de campo foi realizado para o conhecimento e a seleção das escolas. Conheci as dezesseis escolas da zona rural, aqui nomeadas como flores. A partir das visitas realizadas, estabeleci diálogo com as gestoras. O segundo momento trata do processo de elaboração dos questionários e o terceiro momento de aplicação dos questionários, que também foi realizado com a presença da pesquisadora nas escolas, ainda que também tenha sido utilizado um instrumento online. Pela importância desta presença, são apresentados, ao final, os diários de campo da pesquisadora.

4.1 Meu chão: o município de Viamão

Viamão é um dos primeiros núcleos de povoamento do Estado, sendo formados inicialmente por lagunenses, paulistas, escravos e portugueses. No século XVIII, a região do atual Estado do Rio Grande do Sul deixou de ser uma zona de passagem entre Laguna e Colônia de Sacramento. O gado trazido pelos Jesuítas às Missões, em 1680, espalhou-se pelo Continente de São Pedro. A riqueza dos campos de Viamão, propícios à pecuária e ao plantio, fez com que os colonizadores aqui se fixassem. E entre esses, um dos integrantes da frota de João Magalhães, Francisco Carvalho da Cunha, que em 1741 (BARROSO, 2008, p. 129), data de fundação, estabeleceu-se nos campos de Viamão, no sítio chamado Estância Grande, onde ergueu a capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição e fez doação de terras e gado para as pessoas que quisessem estabelecer no local - lagoanos e ilhéus afluíram para essa localidade (BARROSO, 2008, p.143).

Os chamados Campos de Viamão abrangeram uma imensa área no Nordeste do atual Rio Grande do Sul. Os tais campos correspondiam às terras situadas ao Sul do Mampituba, tendo ao leste o Oceano Atlântico e, a Oeste e a Sul, a bacia fluvial do Guaíba e da Lagoa dos Patos. Para os paulistas e lagunenses que exploraram o Rio Grande a partir do Caminho da Praia, os campos eram planícies despovoadas à margem esquerda do Rio São Pedro.

Daí a importância econômica da região: por ser sede das primeiras estâncias de criação de gado, originou-se o comércio e transporte da carne de gado (charque) e couro de gado para Laguna e São Paulo. As três rotas comerciais da época iniciavam-se onde hoje é Viamão, conhecida então como Caminho de Viamão. A estrada Real saía dali e passava por Vacaria, Lages, Curitiba, Pamanduva, chegando a Sorocaba. Outra rota era o litoral de Laguna. A freguesia de Viamão foi criada no ano de 1747, dando origem nas décadas seguintes a outras freguesias como Triunfo (1756), Santo Antônio da Patrulha (1763) e Porto Alegre (1772). A partir de 1752, chegaram os primeiros casais de imigrantes açorianos que desembarcaram na região de Itapuã. Já estavam aqui os índios primitivos Mbyá-guaranis e Caingangues. Com a chegada dos açorianos, deu-se um impulso no povoamento, elevando Viamão a categoria de freguesia no ano de 1747. Com a Cidade de Rio Grande, único porto marítimo e capital da província pelo espanhol Pedro de Ceballos, governador de Buenos Aires, 1766, a sede do governo teve que ser transferida para Viamão, ficando até o ano de 1773, quando passou para a atual Porto Alegre - na época chamada Porto dos Casais -, já que a localidade possuía um porto que facilitava a proteção do domínio português.

Durante a Revolução Farroupilha, Viamão foi muito importante para os farrapos pela sua proximidade com Porto Alegre e pela base no porto de Itapuã, pois o rio faz divisa com a Lagoa dos Patos. Diante destas condições, foi em Viamão que Bento Gonçalves se instalou no ano de 1836, elevando Viamão a vila até o ano de 1841, voltando à antiga categoria após a expulsão dos farrapos.

Em 30 de junho de 1939, recebe o nome atual, Viamão. A origem do nome é muito controversa, sendo a versão mais comum a de que, a partir dos morros da região e do topo da igreja Matriz, é possível avistar o lago Guaíba com seus cinco afluentes: Caí; Jacuí; Gravataí; Taquari, daí a frase: Vi a mão. Outras fontes dizem que é originário do nome Ibiamom, que significa Terra de Ibias, (pássaros). Diz-se, ainda, que seria uma passagem entre montes que chamavam Via-mote. Outro relato comum é que o nome veio da província de Guimarães em Portugal: Viamão. Conforme Barroso (2008), não se sabe ao certo de onde surgiu o nome deste município – que hoje possui sua divisão territorial, datada de 1999, dividida em oito distritos.

4.2 Procedimentos metodológicos

Os procedimentos metodológicos foram realizados em três momentos: (1) o trabalho de campo para o conhecimento e a seleção das escolas; (2) a elaboração dos questionários; (3) o trabalho de campo para a aplicação dos questionários.

No primeiro momento, o trabalho de campo teve como objetivo o conhecimento e a seleção das escolas. Foi realizada uma visita informal para cada uma das dezesseis escolas da zona rural do município de Viamão/RS. Cada visita foi registrada no diário da pesquisadora e estas observações contribuíram significativamente para a qualificação do questionário elaborado inicialmente e para a escolha preliminar das escolas.

Após conhecer um pouco das diferentes realidades das escolas da zona rural do município de Viamão, optou-se em fazer ajustes nos questionários, considerando o que foi observado. Para esse propósito, fiz um pré-teste com uma aluna de sexto ano, um professor do quinto ano e um gestor.

A seleção de quatro escolas para participar da pesquisa considerou inicialmente os requisitos pré-estabelecidos pelo MEC para a realização da Prova Brasil quanto ao mínimo de vinte alunos matriculados em cada turma de 5º (quinto) ano. Após a qualificação, o número de escolas participantes foi reduzido para duas escolas. Para esta seleção foi considerado o fato de estas escolas participarem da Prova Brasil desde o ano de 2007 e a aceitação da direção da escola para a participação na pesquisa. A pesquisa contou com a participação dos quatro segmentos da comunidade escolar, que responderam questionários sobre o exame.

O segundo momento, a elaboração dos questionários, também foi reestruturado após a banca de qualificação. Decidiu-se utilizar o aplicativo fornecido pelo *Google*, chamado de *Google Forms*, pois esta ferramenta permite responder as perguntas *online*, de maneira prática, rápida e sem qualquer tipo de identificação pessoal. A reestruturação dos questionamentos para adequação à ferramenta foi um processo longo, que perdurou por aproximadamente quatro meses. A reestruturação incluiu alguns testes no aplicativo, tendo em vista a finalização do questionário.

No terceiro momento, o trabalho de campo para a aplicação do questionário em cada uma das duas escolas selecionadas envolveu vários passos. Apesar de ser um questionário *online*, a pesquisadora participou presencialmente em cada uma das escolas para a aplicação do instrumento, realizando registros de observação.

O processo de aplicação dos questionários teve início com uma agenda pessoal com a Secretária de Educação. O encontro com a Secretária de Educação ocorreu no final do mês de

outubro. Expliquei a ela o tema da pesquisa, instante em que obtive o consentimento para ir às escolas, desde que fosse preservado o nome das instituições de ensino. Assim, para atender a solicitação da Secretária de Educação, elegi nomes fictícios para as escolas visitadas, utilizando como parâmetro as flores da região.

Todos os momentos serão, portanto, retomados e detalhados a seguir: (1) o trabalho de campo para o conhecimento e seleção das escolas; (2) a elaboração dos questionários e (3) o trabalho de campo para a aplicação dos questionários.

4.2.1. Primeiro Momento: trabalho de campo para o conhecimento e seleção das escolas

As 16 (dezesseis) escolas rurais do Município de Viamão estão distribuídas em cinco regiões territoriais do OP (ver Anexo A). Todas elas foram visitadas. Ao visitar as escolas, fui recebida pelas direções, apoios pedagógicos e também por algumas secretárias de escolas. A visita às escolas foi importante para atualizar o conhecimento de suas transformações na estrutura física, bem como para ouvir as diretoras sobre suas angústias e preocupações na gestão da escola. Nomeei as escolas visitadas com nomes de flores para respeitar a solicitação da Secretaria Municipal de Educação quanto a não identificação das mesmas

A primeira escola visitada se localiza na região de nº 13 (treze) e foi denominada como Giesta. Escolheu-se esse nome pois esta flor se caracteriza pela resistência a intempéries. A escola possui uma estrutura física muito precária; não tem água encanada e, até pouco tempo, não possuía poço artesiano, sendo abastecida pelo caminhão pipa apenas duas vezes na semana. O caminho é muito arenoso, com vários buracos, chão batido e quando chove a estrada que dá acesso ao local fica intransitável. Por ocasião da visita, fui recebida pela diretora, a qual foi categórica em dizer que não tem dificuldade com a falta de água. Essa escola foi reformada no ano de 2015 e já possui poço artesiano.

A segunda, a terceira, a quarta e a quinta escolas visitadas se encontram na região de nº 14 (quatorze), as quais, respectivamente, se denominaram Strelitzias, Hortênsia, Palmas e Dália. A escola Strelitzias recebeu o nome desta flor, que possui o formato de um pássaro, pois lá há uma população considerável de aves, tais como bem-te-vi, colibri, entre outros. A comunidade escolar é formada por famílias que vieram de vários lugares do Rio Grande do Sul para trabalhar na agricultura, de onde tiram seu sustento. A escola possui uma boa estrutura física, água encanada da CORSAM e o seu acesso é excelente, pois o caminho conta com asfalto.

No momento da visita, a direção relatou que não pode se queixar, pois a SME lhe dá todo suporte técnico. Segundo a diretora, o que falta é um maior comprometimento dos pais ou responsáveis nos programas que a escola desenvolve. Os alunos faltam e não querem ficar no turno inverso, mesmo sendo disponibilizado transporte escolar gratuito para o seu deslocamento no contraturno. A direção enfrenta dificuldades, pois o índice de aprendizagem e leitura não é muito bom. A gestora afirma que os alunos parecem desmotivados e os vê conectados no Facebook no horário em que era para estarem na escola. Perguntou-me se eu havia alguma sugestão para enfrentamento do problema, o que neguei por conta da ainda prematuridade do meu estudo.

A escola Hortênsia recebeu o nome desta flor, pois na entrada da instituição há um jardim com hortênsias nas cores rosa e azul. Ela possui uma excelente estrutura física e foi reformada e reinaugurada no mês de maio (mês em que foi realizada a visita). O acesso à escola é ótimo, pois o caminho conta com asfalto. A diretora, junto de sua equipe, me recebeu com entusiasmo, perguntando sobre meu objeto de pesquisa. Manifestou-se dizendo ser um assunto importante, já que o investimento é muito grande e o município continua abaixo do índice esperado. Segundo ela, as escolas precisam ter metas específicas para que consigam alcançar este índice.

Entre a escola Strelitzias e a Hortênsia, há uma instituição que atende da educação infantil ao quinto ano: a escola Palmas. A escola Palmas conta com excelente estrutura física. O seu acesso é excelente, pois o caminho conta com asfalto. Na escola Palmas, a diretora e sua coordenadora pedagógica relataram-me que meu objeto de estudo é importante, mas não para sua escola, que é pequena e conta com poucos alunos. Para elas, o interessante seria ter projetos de pesquisa na área da leitura, pois a nova lei da não reprovação no primeiro e segundo ano acarreta em um alto índice de reprovação no terceiro.

A escola Dália recebeu este nome, pois esta planta é facilmente encontrada na localidade, principalmente na entrada da escola. A instituição possui uma ótima estrutura física. Contudo, o seu acesso é bem precário, o caminho é muito íngreme e de chão batido. A diretora me recebeu muito alegre, conversou comigo sobre o Plano Municipal de Educação, onde a prioridade é regulamentar todas as escolas, visto que muitas não tinham toda documentação completa. Isso faz com que as escolas baixem o nível de desenvolvimento. A diretora relatou-me que nunca viu o resultado da Prova Brasil e que isso a deixa triste, pois procura fazer um bom trabalho nesta comunidade. Destacou, ainda, que gosta do que exercer seu papel.

Sexta e sétima escolas visitadas, e nomeadas, Crisântemo e Girassol pertencem à região de nº 15 (quinze) do município. A escola Crisântemo, cujo nome, em grego, significa Flor de Ouro, foi assim nomeada, pois nessa comunidade escolar há um projeto que é considerado como “ouro” para o município: a companhia de telefonia Vivo incluiu a instituição no projeto “Escolas Rurais Conectadas”, que leva inovação a escolas do campo. O espaço possui estrutura física excelente e acesso facilitado. No momento da visita, fui recebida pela diretora, que historiou ter ido juntamente com a Secretária de Educação à África do Sul para explicar todo o processo da escola integrada e conectada. A diretora referiu, ainda, que apesar de todo o apoio, o nível de aprendizagem dos alunos ainda está em fase de estruturação.

A escola Girassol foi assim denominada, pois esta flor é facilmente encontrada em plantações perto da escola. Nesta escola o Projeto Político Pedagógico (PPP) é conhecido pela comunidade escolar. O acesso é excelente, sendo todo asfaltado. O espaço possui uma boa estrutura física. No momento da visita fui recebida pela secretária que me levou até a sala da direção, ficando ao lado da diretora que estava preenchendo, *online*, as Fichas de Acompanhamentos de Infrequência dos Alunos (FICAIS). A diretora alega preocupar-se com o fato de as fichas ficarem paradas no Conselho Tutelar, sendo que a escola não recebe nenhum retorno a respeito. Isso faz com que os índices de aprovação dos alunos baixem. Explicou-me que é ótimo o fato de eu estar pesquisando os resultados da Prova Brasil na zona rural, pois a escola nestas áreas costuma ser chamada somente quando o índice de aprovação cai. Destacou que espera receber minha visita por mais vezes e contou, ainda, que foi indicada e veio de outra escola para assumir o cargo. Sua coordenadora pedagógica e vice-diretora não estavam presentes na instituição no momento de minha visita.

Na região de nº 16 (dezesseis), se visitou mais cinco escolas, as quais foram assim nomeadas: Alecrim, Alfazema, Camomila, Gerânio e Flor do Campo.

A escola Alecrim (planta que serve como condimento) recebeu este nome, pois ela é encontrada nas dependências da escola, que possui uma horta, sendo utilizada no preparo da merenda. A instituição possui uma boa estrutura física, sendo toda decorada por motivos infantis, e possui, inclusive, um ginásio coberto. Porém, o caminho para chegar até lá não é muito bom: não há estrada definida ou asfalto, e o caminho é de chão batido. Na ocasião, fui recebida pela gestora da escola, a qual me relatou a existência de uma grande demanda de crianças para educação infantil, de modo que ela conta com duas turmas de jardim 1 (um) e 2 (dois). Não participa da Prova Brasil, já que não tem número de alunos suficientes no quinto ano.

A escola Alfazema recebeu o nome desta flor, pois, como faz a flor - que exala um perfume e renova o ar-, busca transformar sua realidade com tecnologias e métodos inovadores. A instituição de ensino tem uma parceria com a empresa LEGO, onde os alunos participam do projeto Conecultura, inovando na área de tecnologia. A estrutura da escola é muito boa e seu acesso não possui obstáculos, sendo uma estrada de chão compacta. Ainda, ela é uma instituição que possui da educação infantil ao 9º ano do fundamental. No dia da minha visita conversei com coordenadora pedagógica, quando me relatou que participar de projetos deste porte é importante para os alunos, onde a tecnologia os conecta para o mundo.

A escola Camomila é organizada para atender uma clientela que vai de educação infantil ao quinto ano. Conta com acessos para portadores de necessidades especiais e, à semelhança da delicada flor, é muito bem cuidada pela comunidade escolar. O acesso à escola é excelente, pois possui asfalto em toda a sua extensão. Na oportunidade em que lá estive, fui recebida pela diretora, a qual me apresentou o espaço físico, onde há um *playground* todo em plástico e, diferentemente das outras escolas, há uma casinha colorida, também em plástico. A gestora falou-me que na escola trabalham o projeto da Editora Positivo, que atua na educação infantil até o quinto ano. Segundo ela, 50% dos estudantes que frequentam o terceiro ano sabem ler. Ela asseverou que não entende o porquê de os alunos transferidos não saberem ler no terceiro.

A escola Gerânio recebeu esta denominação, pois, à semelhança da flor – resistente às mais variadas complicações do clima –, supera os obstáculos apesar de limitações de toda a ordem. A escola, que possui educação infantil multisseriada, conta com trabalho e muita dedicação de toda a comunidade para atingir seus objetivos. O acesso à escola é muito difícil, pois só existem três horários de ônibus que servem aquele local. Distancia-se da estrada principal por 17 quilômetros, os quais têm de ser feitos a pé, com mata praticamente em todo o percurso. Não há moradias por perto e os alunos chegam à escola por meio de transporte escolar fornecido pela Prefeitura. A instituição possui uma boa estrutura física, mas não tem sala de professores. A escola possui Educação Infantil, sendo que a professora atende aos níveis I e II na mesma sala, sem ajuda de auxiliar. Ainda, há Ensino Fundamental completo. No momento da visita fui recebida pela secretária da escola, que me forneceu as informações a respeito da instituição e asseverou que os alunos participam de todos os projetos da prefeitura.

A escola Flor do Campo recebeu essa denominação porque, assim como a planta, têm por característica se misturar com diversas outras, possui alunos de diferentes bairros. A escola possui uma estrutura física precária, e seu acesso é excelente, pois conta com estrada

asfaltada. A instituição de ensino possui, ainda, transporte público, cotando com uma boa oferta de linhas de ônibus para a localidade. O ensino de educação infantil funciona em uma casa pré-fabricada. O índice de aprovação é baixo, pois há muita evasão escolar. A pesquisadora foi recebida pela equipe diretiva, que lhe esclareceu os índices de reprovação da escola.

Na região de nº 18 (dezoito) se visitou mais 04 (quatro) escolas, as quais foram nomeadas conforme as suas peculiaridades locais. A escola Copo de Leite recebeu o nome desta flor, pois a planta é facilmente encontrada na região. A escola foi projetada e construída em parceria com uma Universidade; não tem anos iniciais, somente finais. O acesso à escola é muito precário, há muitos buracos na estrada, e quando chove não há como chegar até o local. No momento da visita, fui recebida pela diretora, que acentuou o fato de todos os professores da escola serem graduados e habilitados para as disciplinas em que atuam, promovendo também projetos sobre meio ambiente junto à Universidade.

A escola Margarida recebeu o nome desta flor por possuir em suas dependências um jardim somente com estas plantas, na cor amarela. Ela possui uma estrutura física em perfeito estado. O acesso à Instituição é ruim, pois a estrada é cheia de buracos e pedregulhos. Os alunos chegam à escola por meio do transporte escolar, fornecido pela Prefeitura. Nessa escola há uma excelente biblioteca, que auxilia as professoras da educação infantil ao nono ano. A diretora se orgulha da biblioteca, pois tem um projeto chamado “Sacola Mágica” onde os alunos levam livros para os pais lerem com eles, depois os pais recriam a história no dia do “Papo Legal” na escola para a comunidade escolar. Os livros são votados. Sendo a votação secreta, na história que será contada, o que torna o projeto interativo com a comunidade escolar. No momento da visita, fui recebida pela diretora, a qual relatou os projetos desenvolvidos da escola.

A escola Dente Leão foi assim denominada porque a planta é facilmente encontrada na região. A escola possui boa estrutura física e estava sendo reformada para atender somente a educação infantil de toda a região. Contudo, o acesso à instituição é péssimo, a estrada é de chão batido, esburacado. Os alunos chegam à escola por meio do transporte escolar, fornecido pela Prefeitura. Esta escola, no momento da visita, possuía do primeiro ao quinto ano e trabalhava com projetos rurais. Um dos projetos, denominado “De onde vem a lã?”, foi destaque na Revista Escola. Na oportunidade da visita, fui recebida pelo diretor da escola, que é biólogo. Ele destacou, entre outras coisas, que a criança aprende muito mais vivenciando o aprendizado na prática.

A escola Azaleia, localizada na mesma região, reconhece a amizade como fundamento básico da sua rede de valores, conforme apontou sua gestora. Recebeu este nome, pois a flor, a exemplo do que ocorre com a amizade, necessita de cuidados; embora cresça como uma árvore possui pétalas muito delicadas. O acesso a esta escola é muito bom, pois conta com asfalto e se situa na beira da faixa. Sua estrutura física é igualmente muito boa e bem conservada. A escola é multisseriada e os alunos do quinto ano cuidam dos alunos pequenos. Seu funcionamento com alunos é somente pela manhã, pois à tarde a diretora, que também é professora, atende a documentação da SME. Na ocasião da visita, fui recebida pela própria diretora, que apresentou os espaços da instituição.

A escola Camélia foi assim denominada porque esta flor é encontrada no pátio da escola. O acesso à Instituição é ruim, pois a estrada é de chão batido, não há transporte público e para se chegar à escola tem-se que caminhar a pé cerca de 500 metros. Os alunos chegam à instituição por meio do transporte escolar, fornecido pela Prefeitura. A estrutura da escola é muito boa, abrangendo turmas que vão do 1º (primeiro) ao 5º (quinto) ano – multisseriadas. Na oportunidade, fui recebida pela diretora, que se orgulha por ter conseguido fazer o projeto “Banda de Lata”, o qual foi destaque no jornal Diário Gaúcho, na semana da Pátria. A diretora da escola também é professora.

Foram escolhidas, após as visitas, quatro escolas: Strelitzias, Hortênsia, Girassol e Flor do Campo. Após, aquiescendo sugestão da banca de redução para duas escolas, foram escolhidas, por fim, as escolas Hortênsia e Girassol.

Na sequência, o questionário elaborado foi transportado para o aplicativo *Google Forms* da seguinte maneira: 1) elaboração das questões com uma estrutura pré-definida e salvando no Google Drive; 2) envio do convite para ao público alvo via e-mail; 3) cada participante acessa aceita e preenche as suas respostas no questionário online; 4) ao concluir o questionário o participante deve clicar no campo enviar, para que as respostas sejam sistematizadas automaticamente, produzindo dados quantitativos a respeito das questões elaboradas.

Foram elaborados questionários para os quatro segmentos da comunidade escolar, a saber: a) gestores; b) professores; c) alunos; d) pais ou responsáveis.

Em função dos limites desta ferramenta online, foram elaboradas dez perguntas fechadas, do tipo de múltipla escolha. Elas foram organizadas em quatro blocos: caracterização do participante; conhecimento de Avaliação Externa; participação na realização da Prova Brasil; e, o uso dos resultados da Prova Brasil.

Atentou-se, ainda, para a necessidade de adequação dos questionamentos para cada um dos quatro segmentos, bem como para a relação estabelecida entre os questionários.

4.2.2. Segundo Momento: Elaboração dos Questionários

Segundo Harrison & Lynn (1986, p.186), o “questionário é tão somente um conjunto de questões, feitas para gerar dados necessários para atingir os objetivos do projeto”. Com isso em mente, foram elaborados os questionários com o objetivo de compreender as implicações da Prova Brasil no dia a dia das escolas de zona rural do município de Viamão, tendo em vista a promoção de aprendizagem como fim.

Decidiu se utilizar o aplicativo fornecido pelo Google chamado *Google Forms*, pois esta ferramenta permitiria a confecção das perguntas e respostas *online*, de maneira prática, rápida e sem qualquer tipo de identificação pessoal.

O processo de elaboração do questionário envolveu diversas etapas. Em um primeiro momento, as perguntas foram confeccionadas com base nos conhecimentos adquiridos no processo de estudo e, a seguir, foi aperfeiçoado por meio do que foi observado nas visitas realizadas, considerando o conhecimento das diferentes realidades das escolas da zona rural do município de Viamão. O instrumento elaborado foi aplicado como pré-teste, tendo como participantes voluntários uma aluna do sexto ano, um professor do quinto ano e uma gestora. Com as respostas fornecidas pelos voluntários, se adequou o vocabulário para cada segmento da comunidade escolar, procurando-se trazer uma qualificação para o instrumento.

4.2.3. Terceiro Momento: trabalho de campo para a aplicação dos questionários

A visita às escolas para a aplicação dos questionários foi realizada após o contato prévio para agendamento com as gestoras. Ao visitar a escola, esclareci mais detalhadamente o objeto da pesquisa, bem como a ferramenta utilizada como suporte.

A forma como fui recebida nas instituições participantes da pesquisa, bem como das impressões que obtive acerca da receptividade e possibilidade de desenvolvimento do trabalho, foram diferentes em cada escola. Na escola Girassol, tive a oportunidade de apresentar o tema e sua proposta para todos os segmentos. Senti o interesse de todos e a consciência sobre a relevância do assunto investigado. Nesta escola, a aplicação dos questionários perdurou por três dias. Na escola Hortênsia, foi oportunizada apenas a conversa com a equipe diretiva. Nesse instante, abordei todos os aspectos relevantes do assunto, à

semelhança do que fiz na escola Girassol. Nesta escola, porém, a despeito do interesse da gestora na realização da atividade, ela fixou uma data única para aplicação dos questionários *online*.

Dessa forma, apesar da utilização de um instrumento de natureza quantitativa, a observação durante o acompanhamento de todo o processo de aplicação do instrumento, registrada por mim em meu diário de pesquisadora, me permitiu também considerar os aspectos qualitativos.

A seguir, apresentam-se os registros da observação e reflexão realizadas durante a aplicação dos questionários em cada uma das escolas.

4.2.4 Diários da Pesquisadora: registro da observação e reflexão durante a aplicação dos questionários na Escola Girassol

Dia 31/10/16 - No horário da noite conversei com a secretária da escola, que me forneceu o telefone da diretora, pelo adiantado da hora não liguei para ela. No dia 01/11 liguei para a diretora para ver a possibilidade de ir à escola. Agendamos o encontro para sexta feira dia 5/11 no horário da manhã.

Dia 5/11/16 - Dirigi-me a escola, chegando no horário das oito horas e trinta minutos. Fui encaminhada para a sala de professores, onde a coordenadora e a secretária da escola me receberam. A diretora estava em reunião com o nono ano. Expliquei para a coordenadora minha pesquisa e fiquei aguardando a diretora, visto que a Secretaria de Educação tinha liberado a carta de consentimento para entregar à diretora e solicitar a autorização e aplicação dos questionários para a equipe diretiva, professor do quinto ano, pais e alunos do sexto ano. A diretora veio após o término da reunião e me informou que eu poderia comparecer novamente no dia do conselho de classe dos pais, que ocorreria em 11/11, no horário das oito horas, para conversar com os pais e para aplicar o questionário. Já para os alunos teria de ser no dia 22/11, pois são duas turmas de sexto ano, tendo 52 alunos ao total. São turmas grandes, e, por ser um questionário *online*, havia de ser realizado em dois horários, pois a escola só possui 35 tablets disponíveis (o tablet é a ferramenta que existe na escola para ser usada em sala de aula pelos alunos que precisam conectar à internet).

A coordenadora me deu o cronograma do conselho de classe. A diretora explicou-me que os professores dos quintos anos poderia ser no mesmo dia dos alunos do sexto ano já que elas têm horário com seus alunos para aula de informática. A coordenadora e a diretora se conectaram no endereço online e responderam o questionário na minha frente, comentando

que era rápido e fácil de acessar. Não me pediram explicações e nem comentaram nada a respeito das questões. Agradei pela acolhida e me despedi dizendo que retornaria no dia 11/11 para conversar com os pais.

Dia 11/11/16 - Retornei à escola Girassol no horário das oito horas para participar do conselho de classe com os pais dos alunos do sexto ano. Após abertura com a fala da diretora da escola, os professores iniciaram suas falas com os pais. Em seguida, os professores leram as notas e pediram a alguns pais que fizessem seus filhos retomarem alguns conteúdos. A diretora me apresentou aos pais como mestranda da Unisinos que iria conversar um pouco com eles. Abri minha fala agradecendo a oportunidade e explicando a eles o propósito de minha pesquisa. Convidei-os para responder o questionário online, esclarecendo que não iria tomar muito tempo deles, pois sabia que muitos precisavam sair da reunião para trabalhar. A coordenadora pedagógica foi entregando a cada pai das turmas de sexto ano os tablets já conectados ao meu email e eu fui lendo passo a passo as perguntas para eles irem me respondendo. Os pais assinaram a ata do conselho.

Dos trinta e seis pais, trinta e três aceitaram responder o questionário, sendo que os três restantes afirmaram não estarem preparados para responder. Houve um congestionamento nas redes da escola, fazendo com que a internet caísse diversas vezes. Sugeri, então, que um participante respondesse de cada vez. Demorou mais do que eu esperava, mas consegui. Ao terminar com os pais, a coordenadora falou-me que dez pais deixaram de comparecer, sendo que estes não vêm na escola nem para realizar a matrícula. Combinei com ela que no dia 22/11 voltaria à escola no horário das oito horas para aplicar o questionário nos alunos. A diretora entrou na sala e pediu que eu antecipasse para o dia 16/11, pois eles teriam uma saída de campo no dia 22/11. Confirmei a mudança, afirmando que não teria problema em alterar a data.

Dia 16/11/16 - Retornei à escola para aplicar o questionário nos alunos e nas professoras do quinto ano. Conversando com uma das professoras, esta me disse que nunca lhe informam o que vai cair na Prova Brasil e fica muito difícil de ensinar o conteúdo, pois ela não sabe como são escolhidas as questões e nem é avisada do dia que o exame será aplicado na escola. Segundo ela, a diretora e a aplicadora entram na sala, sem aviso prévio, conversam com os alunos e solicitam a realização do questionário e dos exames.

A professora afirmou nunca ter recebido os resultados, frisando que os alunos nem mesmo entendem o motivo de realizarem essa avaliação. Recebi a informação com perplexidade, pois acreditava, até então, que todo o professor conhecia a Prova Brasil. Eu não tinha conhecimento sobre esse procedimento com a avaliação externa. Voltei à sala da

coordenadora para que ela me levasse à sala do sexto ano. Chegando à sala, entrei e dei bom dia. Eles já me conheciam, pois haviam me visto no dia do conselho de classe. Expliquei a eles sobre minha pesquisa e perguntei quem havia feito a Prova Brasil quando estava no quinto ano. Todos levantaram a mão. A coordenadora solicitou, então, que cada um pegasse seu tablete e colocasse sua senha para se conectar na internet. Esperei eles se organizarem e escrevi meu e-mail no quadro. Perguntei se havia necessidade de maiores explicações, me colocando à disposição para responder eventuais dúvidas. Uma aluna me questionou o porquê de não haver, na pergunta nº 2, a alternativa “há menos de um ano”, pois havia na sala três alunos que entraram na escola este ano. Foi proposto ainda que, na alternativa de nº 7, poderia ter a opção “não fomos informados do resultado”. Disse a eles que, no próximo questionário, iria colocar mais estas alternativas. Quando terminaram, perguntei a eles o que acharam. Um aluno levantou a mão e perguntou que nota ele tinha tirado, pois respondeu todas as perguntas. Respondi que essa atividade não valia nota. Agradei e prometi a eles que no ano de 2017 eu voltaria à escola para mostrar a eles o resultado de minha pesquisa. Agradei a atenção e retornei para a sala da coordenadora, enquanto os alunos continuaram na aula de informática. Agradei a coordenação e a diretora pela acolhida, explicando que assim que terminasse a minha pesquisa retornaria à escola para lhes mostrar o produto que foi construído. Ela me disse que a escola estaria sempre pronta para auxiliar, desde que fosse para melhorar o aprendizado de seus alunos.

4.2.5 Diários Da Pesquisadora: Registro da observação e reflexão durante a aplicação dos questionários na Escola Hortênsia

Dia 03/11/16 - Contatei a diretora por telefone no dia 3/11 para agendar quando poderia ir à escola com horário marcado. No dia 7/11, conforme agendamento cheguei à escola no horário das 9 horas. A diretora e sua equipe estavam reunidas com a assessoria da SME, sendo duas assessoras - uma de Educação Infantil e outra do Ensino Fundamental. Fiquei aguardando para falar com a diretora, veio uma auxiliar de secretaria me dizer que a diretora ia demorar a vir me atender. Respondi que precisava esperar, pois tinha que falar com ela. A vice-diretora veio e expliquei a ela sobre a carta de consentimento e autorização para aplicar a pesquisa na escola. A vice-diretora leu, assinou a autorização e me devolveu. Fiquei aguardando a diretora, que me atendeu às 11 horas. Conversei com ela, entreguei a carta de anuência e a autorização, ela assinou a autorização e me entregou. Explicou-me que esses dois

meses que faltam para o final do ano letivo são muito difíceis, pois existem conselhos de classe e recuperações com os alunos.

Pedi que eu retornasse no dia 21/11 para conversar com os pais e com os alunos e perguntar se eles gostariam de responder o questionário, pois neste dia estava marcada uma conversa com os pais. São três turmas e eu precisaria ficar o dia todo. Solicitou que eu chegasse antes das oito para não atrapalhar a organização da escola. Ela afirmou que iria agendar a sala de informática com os professores das turmas para eles responderem o questionário. A diretora e sua equipe ficaram com o meu e-mail para enviar a resposta do questionário. Agradei a diretora pela acolhida e despedi-me.

Dia 21/11/16 - Retornei no horário das sete e trinta. Cheguei à escola e fiquei aguardando o sinal para os alunos entrarem. Conversei com a vice-diretora, que me levou até a sala de informática, onde os alunos da turma 62 já estavam me aguardando. Apresentei-me e coloquei meu e-mail no quadro. Eles entraram no link e responderam o questionário. Não fizeram nenhuma pergunta. Terminaram e foram saindo da sala. Fiquei aguardando os pais, que pela manhã foram muito poucos. Na parte da tarde eram duas turmas, turma 61 e turma 63. A diretora dividiu em dois momentos: primeiro, veio a turma 63, com os pais que os filhos auxiliaram para responder o questionário. No segundo momento, veio a turma 61, também acompanhada pelos pais. Não me perguntaram nada, pois a diretora já havia explicado minha pesquisa. Terminei a aplicação às 17 horas.

Não vieram muitos pais, o total durante todo o dia foi trinta participantes. A diretora me explicou que muitos não poderiam vir, pois trabalham e tem comércio próprio, não podendo deixar fechado. Às vezes eles vêm pela noite, ligam e marcam para vir à escola. Nesta escola, há três turmas de sexto ano e duas turmas de quinto ano. As professoras do quinto ano responderam o questionário. Uma professora diz ser a segunda vez que trabalha com o quinto ano, sendo que no ano passado auxiliou na aplicação da Prova Brasil. Seu filho, que hoje está no sexto ano, não achou difíceis as questões da prova. Retornei à sala da diretora, que conversou comigo, me explicando que seus professores são comprometidos, estando sempre desafiando os alunos a novos conhecimentos. Agradei a acolhida, me despedi e retornei para casa.

Enfim, foi uma experiência diferente em cada escola. E a diferença no encaminhamento da pesquisa, no modo como em cada escola organizou a participação dos segmentos, pode ter interferências nos resultados obtidos. Numa escola pude explicar o que era minha pesquisa e qual o propósito; na outra, quase não falei, pois, os alunos já haviam sido informados pela diretora e estavam esperando para responder o questionário. Senti-me

meio frustrada, pois estava empolgada em explicar, fazer o passo a passo. Também destaco os pais que não compareceram e os alunos que responderam rápido. Não sei se sabiam ou se assinalaram apenas por assinalar. Também foi aplicado a todos os segmentos, pais, alunos e professor do quinto ano, no mesmo dia. Não tive interação com os alunos, pois alguns vieram com os pais. Outros, entraram, responderam e saíram. Ao elaborar o questionário online, procurei dar visibilidade aos pontos mais importantes da Prova Brasil, mostrando que nas escolas existem fatos que passam despercebidos e são necessários, pois fazem a diferença no ambiente escolar.

4.3 Questões éticas

Pensando nos cuidados éticos o presente trabalho, respalda-se nas orientações da Resolução, de nº 510, de 07 de abril de 2016, aprovada pelo Plenário do Conselho Nacional de Saúde, o qual representa um marco normativo para a pesquisa na área de Ciências Humanas e Sociais. Em função deste compromisso ético, foram escolhidos nomes fictícios para as instituições visitadas, utilizando como parâmetro as flores da região.

5 CONVERSANDO SOBRE A PROVA BRASIL

Neste capítulo, serão apresentados os resultados e a discussão sobre a escuta dos segmentos da comunidade escolar a partir da aplicação do questionário online. Os questionários receberam o título de *Conversando sobre a Prova Brasil* e foram elaborados em quatro blocos: (I) Caracterização do participante; (II) Conhecimento da Avaliação Externa; (III) Realização da Prova; (IV) O Uso dos Resultados. Os participantes foram divididos em quatro segmentos respondentes em duas escolas da zona rural de Viamão: gestores, professores, alunos e pais ou responsáveis. A aplicação dos questionários gerou gráficos com os resultados por segmento, sem discriminação das escolas. Os resultados gerados pelo aplicativo foram analisados, conforme segue.

A análise dos resultados foi realizada em dois momentos. Inicialmente, foi feita uma análise vertical, em que foram analisadas as respostas de cada segmento, buscando compreender o que nos dizem os gestores, os professores, os pais e os alunos sobre a sua experiência com a Prova Brasil no quinto ano em escolas da zona rural do município de Viamão. Após, foi realizada uma análise horizontal, estabelecendo relações entre as respostas de cada segmento, buscando compreender as convergências e as divergências entre o que nos diz cada um dos segmentos da comunidade escolar. Para a análise horizontal foram considerados os seguintes aspectos: divulgação, incentivo, dificuldades dos alunos na realização da prova e trabalho com os resultados. Esta é a análise apresentada a seguir.

5.1. O que diz cada um dos segmentos da comunidade escolar sobre a Prova Brasil

A análise vertical permitiu analisar o que diz cada um dos segmentos da comunidade das escolas pesquisadas sobre sua experiência com a Prova Brasil no quinto ano. Inicialmente, apresentamos a caracterização dos gestores, no que se refere ao tempo que atuam na gestão da escola rural: 40% atuam de 10 a 15 anos; 20%, de 5 a 10 anos e 20% atuam de 15 a 20 anos. Ou seja, 60% dos gestores participantes atuam há mais de dez anos e somente 5% atuam há menos de 5 anos na gestão de escolas rurais no município de Viamão. Assim, **podemos dizer que a maioria dos gestores tem experiência na gestão de escolas rurais**. Quanto ao seu grau de instrução, todos possuem Curso Superior completo e 20% possuem Curso de Especialização.

Sobre o conhecimento da Prova Brasil, considerando a contribuição desta prova à avaliação do rendimento escolar, 40% dos gestores considera satisfatória; 40% consideram

muito boa e 20% consideram boa a contribuição desta prova para a avaliação do rendimento escolar. Quanto a tomar conhecimento da Prova Brasil, 80% dizem tomar conhecimento por meios como rádio, jornais, televisão e 20% afirmam tomar conhecimento pela Secretaria de Educação. **Chama atenção que nenhum dos gestores afirma tomar conhecimento dos resultados pela internet.**

Em relação à realização da Prova Brasil no quinto ano, os gestores foram questionados sobre como incentivam a participação e sobre qual a maior dificuldade dos alunos para a realização da prova. Quanto ao incentivo à participação, 80% dos gestores dizem atuar junto aos professores, sendo que 40% conversam com os professores sobre a importância da Prova Brasil e 40% conversam com os professores sobre a importância, explicando como será realizado o exame. Somente 20% dos gestores afirmam conversar com a comunidade escolar sobre a importância da prova explicando como ela será realizada. Perguntados sobre a maior dificuldade dos alunos na realização da Prova Brasil, 40% dos gestores afirmaram acreditar que se trata do grau de dificuldade das questões, 40% o desconhecimento do conteúdo e 20% o tempo de realização do exame.

Respondendo sobre como trabalham os resultados da Prova Brasil. 40% dos gestores afirmaram divulgar e promover discussões, tomando decisões sobre os resultados envolvendo a comunidade e Conselho Escolar; 20% disseram divulgar os resultados e promover discussões envolvendo somente os professores da escola; e 20% disseram apenas divulgar os resultados recebidos da Secretaria Municipal de Educação, sem promover discussões.

Ao posicionarem-se sobre a afirmação “os resultados da avaliação da Prova Brasil fornecem dados para a reflexão dos dados e tomada de decisão destinada à melhoria do ensino das escolas da zona rural”, 40% dos gestores discordam parcialmente, pois os dados são insuficientes; 40% concordam parcialmente, pois os dados são pouco utilizados e 20% concordam totalmente, considerando que os dados influenciam as ações no ensino.

Sobre a afirmação “a análise da Prova Brasil integrar o cálculo do IDEB, cujos resultados têm sido usados para responsabilizar os gestores e professores pelo desempenho escolar”, 40% concordam parcialmente, considerando que depende dos gestores e professores a motivação para a participação da prova Brasil; 20% concordam totalmente, pois gestores e professores são agentes mais importantes no desempenho escolar e 20% discordam totalmente, pois há muitos fatores que interferem nos resultados.

Ainda sobre a visão dos gestores, agora quanto à afirmação “a análise dos resultados da Prova Brasil tem contribuído para qualidade do ensino porque transformam as ações de toda a comunidade escolar”, 40% concordam totalmente, considerando que a análise

contribuiu para reflexão e realização de novas ações na escola, mas 60% discordam desta afirmação, sendo que 20% discordam totalmente, pois a análise não é realizada com o Conselho Escolar e 40% discordam parcialmente, pois a análise realizada é superficial.

A escuta dos gestores sugere que os mesmos reconhecem a importância da Prova Brasil, mas não consideram suficientes as ações em relação aos resultados no que se refere às implicações no cotidiano escolar.

A caracterização dos participantes do segmento professores, assim como os gestores, apresenta uma atuação há mais tempo em escolas da zona rural do município de Viamão. Apenas 40% dos professores atuam de 5 a 10 anos e 60% atuam a mais de quinze anos em escolas da zona rural do município, sendo 40% entre 15 e 20 anos e 20% há mais de 20 anos. **Sobre o grau de instrução, inversamente aos gestores, 80% dos professores possuem ensino superior completo com curso de especialização e somente 20% dos professores têm somente o Curso Superior.**

No que se refere ao conhecimento da Avaliação Externa, considerando a contribuição da Prova Brasil para avaliação do rendimento escolar, 40% dos professores consideram satisfatória, 20% dos professores consideram boa e 20% muito boa; apenas 20% dos professores não consideram que a Prova Brasil contribua para avaliação do rendimento escolar.

Os professores afirmam tomar conhecimento da Prova Brasil de diferentes formas, mas 40% dos professores afirmam tomar conhecimento pela direção e nenhum dos respondentes afirma tomar conhecimento por outros professores.

Quanto ao incentivo à participação na Prova Brasil, somente quatro professores responderam, um se absteve de responder. 70% dos professores afirmam que conversam com os alunos sobre a importância da Prova Brasil, sendo que, destes, 50% afirmam que, além de conversar sobre a importância, explicam como se realiza e aplicam atividades semelhantes ao tipo de questões da prova; 20% dos professores não consideram que isso seja sua atribuição

Apesar das afirmações anteriores, ao ser questionado a respeito da maior dificuldade dos alunos na realização da Prova Brasil, 40% dos professores afirmaram que não têm opinião formada. As demais respostas distribuem-se, igualmente, da seguinte forma: 20% atribuem ao desconhecimento do conteúdo; 20% ao grau de dificuldade das questões e 20% à falta de motivação.

Sobre como trabalham com os alunos os resultados da Prova Brasil, somente quatro professores responderam, um se absteve de responder. 50% dos professores afirmam que comentam os resultados de modo geral; 25% dos professores afirmam que além de comentar

os resultados de modo geral, aplicam todas as questões da prova como atividade em aula, e 25% dos professores não consideram que isso seja sua atribuição. **As respostas são coerentes com a questão anterior, visto que o fato de não trabalharem diretamente com as questões pode estar relacionado ao pouco conhecimento das dificuldades dos alunos na realização da prova.**

Quanto à afirmação “os resultados da avaliação da Prova Brasil fornecem dados para a reflexão e tomada de decisão destinada a melhorias do ensino nas escolas de zona rural”, há uma dispersão na visão dos professores, entre concordâncias e discordâncias, visto que há um percentual de 20% para cada uma das alternativas apresentadas nesta questão.

Quanto à afirmação “a análise da Prova Brasil integra o cálculo do Ideb, cujos resultados têm sido usados para responsabilizar os gestores e os professores pelo desempenho escolar”, 60% dos professores discordam, sendo que 40% deles discordam parcialmente, pois a desmotivação para a participação na Prova Brasil interfere bastante nos resultados e 20% dos professores discordam totalmente, pois há muitos fatores que interferem nos resultados. Nenhum dos professores participantes concorda totalmente com esta afirmação e 20% não têm opinião formada a este respeito.

Quanto à afirmação “a análise dos resultados da prova Brasil tem contribuído para a qualidade do ensino porque transforma as ações de toda a comunidade escolar”, 60% dos professores discordam, sendo que 40% dos professores discordam parcialmente, pois a análise realizada é superficial e 20% dos professores discordam totalmente, pois a análise não é realizada com o Conselho Escolar. Apenas 20% dos professores concordam totalmente, considerando que a análise contribui para a reflexão e realização de novas ações na escola; outros 20% dos professores afirmam não ter opinião formada a este respeito.

A participação do segmento alunos contou com 125 respondentes, sendo 50 da escola Girassol e 75 da escola Hortênsia. Quanto à idade, 62,4% dos participantes têm de doze a treze anos, 26,4% têm de dez a onze anos, 16,9% têm de quatorze a quinze anos e 1,6% têm dezesseis anos ou mais. No questionamento “há quanto tempo estudam na escola”, um aluno se absteve de responder. 43,5% dos alunos estudam de um a três anos na escola, 39,5 estudam na escola há mais de três e até seis anos, e 16,9% há mais de seis até nove anos.

Questionados sobre como se informam sobre a aplicação da Prova Brasil na escola, cento e vinte três alunos responderam e dois alunos se abstiveram de responder. 52,8% dos alunos respondeu que por vários meios; 24,4% por cento dos alunos pela direção; 13,2% dos alunos por outros meios de comunicação (rádio jornais, televisão) e 8,9% dos alunos pela internet. Nenhum aluno respondeu que se informa pelo professor. A resposta a esta questão

ficou prejudicada porque houve um erro na alternativa apresentada, que apareceu com a seguinte redação: “pelo professor de seu filho”.

Sobre o que os alunos dizem a respeito de como a prova avalia seus conhecimentos em Língua Portuguesa e Matemática, cento e vinte um alunos responderam e quatro alunos se abstiveram. 27,3% dos alunos dizem que algumas questões são diferentes de sala de aula; 21,5% dos alunos dizem as questões não são difíceis porque são semelhantes às atividades de sala de aula, 19% dos alunos dizem não ter opinião formada, 13,2% dos alunos dizem algumas questões são difíceis, mas não são diferentes das atividades de sala de aula.

Em relação à participação na realização da Prova Brasil no quinto ano, cento e vinte dois alunos respondeu e três se abstiveram. A maioria dos alunos (56,6%) afirma que respondeu todas as questões com atenção, mesmo sem ter certeza da resposta; 15,6% dos alunos afirmaram que respondeu somente as questões que sabia e tinha certeza da resposta; 13,9% afirmaram que respondeu todas as questões sem pensar muito e 13,1% não participaram, pois não foi à aula no dia da realização da Prova Brasil, representando uma minoria.

A maior dificuldade na realização desta prova, na visão dos alunos, foi respondida por cento e vinte três alunos, sendo que dois alunos se abstiveram. Se considerarmos que 28,5% dos alunos responderam que é difícil de entender o que deve ser respondido e 23,6% dos alunos respondeu que o que aprende não é o que está na prova, podemos inferir que há um distanciamento entre o que é trabalhado em aula e o que é solicitado na Prova Brasil. Apenas 10,6% dos alunos responderam que a dificuldade é o pouco tempo para resolver as questões; 23,6% dos alunos responderam que não têm opinião formada e 13,8% dos alunos responderam que não participaram da prova.

Quanto à divulgação dos resultados na escola, cento e vinte três alunos responderam e dois alunos se abstiveram de responder. Chama atenção o percentual de alunos que afirma que desconhece o resultado 83,7%. Ainda, 11,4% dizem que são divulgados pelo professor em sala de aula, 4,1% dos alunos pelo diretor e 0,8% dos alunos pelo mural da escola.

A partir da afirmação “o professor recebe o resultado da prova Brasil de Língua Portuguesa e nele há uma questão onde os alunos tinham que interpretar e localizar”, foram questionados sobre a dificuldade deste tipo de questão. Cento e vinte quatro alunos responderam e um aluno se absteve de responder. 33,1% dos alunos afirmaram que não tem dificuldade, pois é muito semelhante às atividades de sala de aula e 33,1% dos alunos disseram que não tem opinião formada. Sobre as dificuldades, 23,4% afirmaram que as atividades em sala de aula trabalham somente questões de interpretar, 8,9% afirmaram que

não está acostumado a fazer questões de interpretar e localizar e apenas 1,6% afirmaram que as atividades em sala de aula trabalham somente questões de localizar. **Ou seja, segundo os alunos, as questões de interpretar são mais trabalhadas do que as de localizar.**

A partir da afirmação “Quando o professor recebe o resultado da Prova Brasil de Matemática e nele há uma questão onde os alunos tinham que transformar horas em frações”, foram questionados sobre a dificuldade deste tipo de questão. Cento e vinte quatro alunos responderam e um aluno se absteve de responder. De modo inverso às questões de língua portuguesa, o número de alunos que não tem opinião formada (30,6%) é maior do que o de alunos que afirma não ter dificuldade para a realização das questões de matemática por serem semelhantes às atividades de sala de aula (26,6%). Sobre as dificuldades, 17,7% dos alunos afirmaram que as atividades em sala de aula trabalham somente questões sobre frações, 17,7% dos alunos disseram que não estão acostumados a fazer atividades de transformar horas em frações e 7,3% dos alunos afirmaram que as atividades em sala de aula trabalham somente questões sobre horas. **Ou seja, segundo os alunos, as questões sobre frações são mais trabalhadas do que sobre horas.**

Ao serem questionados sobre como os resultados da Prova Brasil são trabalhados em sala de aula, chama atenção o percentual de 76% dos alunos que afirmam que os resultados não são trabalhados em sala de aula. 10,4% deles afirmam que os resultados são comentados de um modo geral e algumas questões da prova são realizadas como atividades em sala de aula. **A escuta dos alunos trouxe respostas que se diferenciam dos demais segmentos e indicam a importância de sua participação nas discussões a serem realizadas na escola.**

Para a caracterização do segmento pais ou responsáveis, foi questionado quantos filhos (ou estudantes de sua responsabilidade) estudam ou estudaram nesta escola em questão. Sessenta e um dos pais ou responsáveis responderam e dois se abstiveram. A maioria dos pais ou responsáveis têm um filho na escola (63,9%); 24,6% têm dois filhos, 9,8% têm três filhos e 1,6% tem quatro filhos. Ninguém respondeu ter cinco filhos que estudam ou estudaram na escola.

Quanto ao grau de instrução dos pais ou responsáveis, sessenta e um dos pais ou responsáveis responderam e dois se abstiveram. 39,3% dos pais ou responsáveis têm Ensino Fundamental Completo, 32,8% dos pais ou responsáveis têm Ensino Médio Incompleto ou Ensino Médio Completo, 13,1% dos pais ou responsáveis têm Ensino Fundamental Incompleto, 9,8% dos pais ou responsáveis têm Ensino Superior Incompleto e 4,9% dos pais ou responsáveis têm Ensino Superior Completo.

Ao serem questionados sobre como se informam sobre a aplicação da Prova Brasil na escola, sessenta e um dos pais ou responsáveis responderam e dois se abstiveram. A maioria (73,8%) dos pais ou responsáveis respondeu que se informam por outros meios (rádio, jornais, televisão), 13,1% dos pais ou responsáveis se informam por vários meios e somente 13,1% pela direção, sendo que nenhum respondeu se informar pelo professor de seu filho.

Sobre seu conhecimento a respeito da Prova Brasil, sessenta e um dos pais ou responsáveis responderam e dois pais se abstiveram. 31,1% dos pais ou responsáveis disseram que não sabem o que é nem para que serve, 24,6% disseram saber sobre o que é, mas não para que serve; 19,7% disseram que sabem o que é e para que serve, mas não entendem como funciona; 18% disseram que sabem o que é e para que serve, mas não preparam o filho para a prova e 6,6% disseram que sabem o que é e para que serve e que auxiliam preparando seu filho para a prova.

Quanto à realização da Prova Brasil, ao serem questionados sobre como incentivam seus filhos, sessenta pais ou responsáveis responderam e dois se abstiveram. 39,3% pais ou responsáveis disseram que não conversam sobre a prova, mas garantem sua frequência e 36,1% dos pais ou responsáveis não consideram que seja sua atribuição. Os demais conversam sobre a importância da prova, sendo que 13,1%, além de conversar, garantem a frequência do aluno e 8,2% dos pais ou responsáveis conversam sobre a importância, garantem sua frequência e auxiliam preparando para fazer a prova. Apenas 1,6% afirmou somente conversar sobre a importância da Prova Brasil.

Sobre as dificuldades do filho na realização da Prova Brasil, sessenta e um dos pais ou responsáveis responderam e dois se abstiveram. 52,5% dos pais ou responsáveis não têm opinião formada a este respeito; 41% dos pais ou responsáveis pensam que seu filho não tem dificuldade em realizar a Prova Brasil; 3,3% consideram que os tipos de questões são diferentes do que é trabalhado em aula; 1,6% consideram que são muitas questões para serem respondidas em pouco tempo e 1,6% considera que o conteúdo é diferente do que é trabalhado em aula.

Sobre como os resultados da Prova Brasil são divulgados na escola, sessenta e um pais ou responsáveis responderam e dois se abstiveram. **Chama atenção o percentual de 67,2% dos pais ou responsáveis que afirmam que desconhecem os resultados.** Ainda, 27,9% afirmam que são divulgados pelo diretor; 3,3% de diferentes formas e 1,6% pelo mural da escola. Nenhum pai ou responsável afirmou que os resultados são divulgados pelo professor de seu filho.

Quanto à participação na análise dos resultados da Prova Brasil, sessenta e um pais ou responsáveis responderam e dois se abstiveram. 59% dos pais ou responsáveis afirmaram que não participam de reuniões sobre este assunto; 19,7% participam a convite do professor em reuniões de pais; 13,1% disseram que são convidados, mas não têm tempo disponível para participar; 4,9% participam a convite da direção ou do Conselho Escolar em reunião na escola e 3,3% diz que participam de diferentes formas.

Questionados sobre como o Conselho Escolar contribuiu com a direção da escola para análise dos resultados da Prova Brasil, **75% dos pais ou responsáveis responderam que não têm opinião formada, o que confirma a afirmação anterior.**

Também na última questão, que solicitava o questionamento sobre a afirmação de que “a análise dos resultados da Prova Brasil tem contribuído para a qualidade do ensino porque transforma as ações de toda a comunidade escolar”, sessenta e um dos pais ou responsáveis responderam e dois se abstiveram, **72,1% afirmaram que não têm opinião formada.** Dos que manifestaram sua opinião, todos concordam com a afirmação, sendo que 16,4% deles concordam parcialmente, pois a análise contribui para identificar as dificuldades, e 11,5% concordam totalmente, pois a análise contribui para reflexão e a realização de novas ações na escola. Nenhum pai diz discordar da afirmação apresentada nesta questão.

As respostas indicam que há pouca participação dos pais ou responsáveis na escola para a discussão dos resultados da Prova Brasil.

5.2. Convergências e divergências entre o que dizem os segmentos da comunidade escolar

A análise horizontal, realizada a partir da comparação dos resultados obtidos em cada segmento, levou em conta os seguintes aspectos: divulgação; incentivo; dificuldades dos alunos na realização da prova; trabalho com os resultados. Apresentam-se a seguir os quadros comparativos e a discussão a respeito das convergências e divergências entre o que dizem os segmentos da comunidade escolar.

Quadro 1 - Divulgação

Analisando o conhecimento da avaliação externa	Gestor	Professor	Aluno	Pais/resp.
Internet	0%	20%	13%	0%
Por outros meios de comunicação (rádio, Jornais, TV)	80%	20%	13%	77%
Direção da escola	0%	40%	24%	0%
Secretaria de Educação	20%	0%	0%	0%
Por vários meios	0%	20%	52%	0%

Fonte: Organizado pela autora

Analisando o conhecimento da avaliação externa ao considerar o aspecto da sua *divulgação*, nota-se uma convergência entre os segmentos pais e gestores: em ambos os casos, é considerável o percentual que respondeu tomar conhecimento dos exames através de meios de comunicação.

Quadro 2 - Incentivo à participação

	Gestor	Professor	Pais/resp.
Conversa sobre a importância.	40%	25%	22,9%
Conversa sobre a importância e explica como se realiza.	60%	0%	13%
Conversa sobre a importância, explica como se realiza e aplica questões semelhantes.	0%	50%	0%
Não conversa sobre importância, mas			

realiza ações (aplica questões semelhantes ou garante a presença na prova).	0%	0%	39,3%
Não considera que seja sua atribuição	0%	25%	36,1%

Fonte: Organizado pela autora

Quanto ao aspecto *incentivo à participação*, identificamos convergências entre gestores e professores. Estes dois atores convergem que explicam e incentivam a Prova Brasil. Pais ou responsáveis, conforme dados da tabela, acham que não é tarefa deles, mas garantem a frequência dos filhos, deixando para escola fazer esta tarefa.

Quadro 3 - Dificuldades do aluno na realização da Prova Brasil

Maior dificuldade	Gestores	Professores	Alunos	Pais ou Resp.
Desconhecimento do Conteúdo	40%	20%	23,6%	1,6%
Grau de dificuldade das questões	40%	20%	28,5%	3,3%
Tempo de duração	20%	0%	10,6%	1,6%
Falta de Motivação	0%	20%	0%	41%
Não tem opinião formada	0%	40%	23,6%	52,5%

Fonte: Organizado pela autora

Nos segmentos gestores e professores, 40% dos participantes afirmaram não ter opinião formada a respeito das dificuldades encontradas pelos alunos na realização da prova. No segmento pais ou responsáveis o percentual sobe mais da metade (52%). A convergência das respostas entre os três segmentos nos revela que o assunto sobre a dificuldade em realizar

a Prova Brasil não é discutido nas escolas pesquisadas. Entretanto, a maioria dos alunos tem opinião formada, pois apenas 23,6% deles afirmam não ter opinião acerca de suas dificuldades em realizar a prova. 23,6% consideram que a dificuldade está no desconhecimento do conteúdo; 28,5% no grau de dificuldade das questões e apenas 10,6% consideram que sua dificuldade está relacionada ao tempo de duração da prova.

As respostas indicam que os alunos têm o que dizer a respeito de suas dificuldades e merecem ser ouvidos.

Quadro 4 - Trabalho com os resultados da Prova Brasil

	Gestores	Professores
Divulga e/ou comenta de modo geral	20%	50%
Além de divulgar e/ou comentar de modo geral, promove discussões e/ou analisa questões	40%	25%
Não considera que seja sua atribuição ou reconhece que os resultados são pouco trabalhados na escola	40%	25%

Fonte: Organizado pela autora

No que se refere ao *trabalho com os resultados*, as respostas de mais da metade de gestores e professores (60% dos gestores e 75% dos professores) indicam que os resultados são não apenas divulgados, mas comentados de um modo geral e promovidas discussões. No entanto, observa-se uma divergência dos resultados com os outros segmentos, visto que 83,7% dos alunos afirmam que desconhecem os resultados da Prova Brasil, assim como 67,2% dos pais. **Chama atenção o alto índice dos pais e alunos quanto ao desconhecimento dos resultados, dando a entender que esta discussão não é feita na escola.**

Além disso, 25% dos professores participantes afirmam que não consideram que seja sua atribuição trabalhar os resultados da Prova Brasil e 40% dos gestores afirmam que os resultados ainda são pouco trabalhados na escola. Conclui-se assim que não há um efetivo trabalho neste assunto.

Além de comparar os aspectos *divulgação, incentivo, dificuldades dos alunos na realização da prova e trabalho com os resultados*, analisa-se a seguir as convergências e divergências entre as respostas de gestores e professores para as questões de número oito, nove e dez, contendo afirmações sobre o uso dos resultados da Prova Brasil e questionando sobre sua concordância ou discordância.

Afirmação da questão oito: “O resultado da Avaliação da Prova Brasil fornece dados para reflexão e tomadas de decisão destinadas à melhoria do ensino nas escolas da zona rural”.

Quadro 5 - Reflexões

	Gestores	Professores
Discorda totalmente, pois os dados não condizem com a realidade.	0%	20%
Discorda parcialmente, pois os dados são insuficientes.	40%	20%
Concorda parcialmente, pois os dados são pouco utilizados.	40%	20%
Concorda totalmente pois os dados influenciam as ações de ensino	20%	20%
Não tem opinião formada	0%	20%

Fonte: Organizado pela autora

Nessa apresentação é possível identificar a convergência entre os gestores e professores, visto que ambos os segmentos consideram que os dados fornecidos pela Prova Brasil ou são insuficientes ou pouco utilizados. Mas os professores se diferem dos gestores quando 20% dizem não ter opinião formada e 20% consideram que os dados não condizem com a realidade.

A partir da análise das respostas, **considera-se que as reflexões sobre os resultados precisam ser ampliadas a fim de contribuir para as relações de ensino e de aprendizagem.**

Afirmção da questão nove: “A análise da Prova Brasil integra o cálculo do Ideb, cujos resultados têm sido usados para responsabilizar os gestores e professores pelo desempenho escolar”.

Quadro 6 - Responsabilidades

	Gestores	Professores
Discorda totalmente, pois há muitos fatores que interferem	20%	20%
Discorda parcialmente, pois a desmotivação para a participação na Prova Brasil interfere bastante nos resultados	20%	40%
Concorda parcialmente, pois depende de professores e gestores a motivação para a participação na Prova Brasil	40%	20%
Concorda totalmente, pois gestores e professores são agentes mais importantes no desempenho escolar	20%	0%
Não tem opinião formada	0%	20%

Fonte: Organizado pela autora

Há uma dispersão nas respostas de gestores e de professores. Existem muitos fatores que interferem nos resultados, pois temos outros aspectos que poderiam ser de responsabilidade das escolas. A motivação precisa ser de todos os envolvidos para unificar a aprendizagem no ensino. O trabalho tem que dar um bom resultado, pois todos são agentes no desempenho da aprendizagem. A escola é feita de pessoas e todos têm responsabilidade pelo crescimento do aluno. Por isso, **o aspecto da responsabilidade pelos resultados é um importante tema a ser discutido com a comunidade escolar.**

Afirmção da questão dez: “A análise dos resultados da Prova Brasil tem contribuído para qualidade do ensino porque transforma as ações de toda a comunidade escolar”.

Quadro 7 - Transformações

	Gestores	Professores
Discorda totalmente, pois, análise não é realizada com o CE	20%	20%
Discorda parcialmente, pois a análise realizada é superficial.	40%	40%
Concorda parcialmente, pois, a análise contribuiu para identificar as dificuldades.	0%	0%
Concorda totalmente pois, a análise contribuí para reflexão e realização de novas ações na escola.	40%	20%
Não tem opinião formada.	0%	20%

Fonte: Organizado pela autora

Houve convergência de 60% dos participantes gestores e professores ao afirmarem que a análise não é realizada pelo Conselho Escolar, ou, quando é feita, é de modo superficial.

Também há convergência quando não percebem a identificação de dificuldades a partir da análise dos resultados na escola.

É maior o percentual de gestores (40%) do que o de professores (20%) que concorda totalmente que a análise dos resultados contribui para a qualidade do ensino porque transforma as ações de toda a comunidade. Chama atenção que nenhum dos gestores afirma não ter opinião formada a este respeito, ao passo que 20% dos professores admitem não ter opinião formada.

As convergências e divergências identificadas **indicam a importância e a necessidade de uma maior discussão sobre a Prova Brasil com a comunidade escolar.**

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que a Prova Brasil é uma ferramenta de política governamental que auxilia na composição do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), tendo em vista a avaliação do rendimento escolar. Neste processo, serve de parâmetro para a Secretaria Municipal de Educação, pois indiretamente avalia como os professores estão ensinando e como os gestores estão administrando.

O objetivo geral da pesquisa foi compreender as implicações da Prova Brasil no dia a dia de escolas da zona rural do município de Viamão. Dentro desse propósito, a investigação analisou o que dizem os diferentes segmentos da comunidade escolar sobre sua experiência com a Prova Brasil no quinto ano de duas escolas da zona rural de Viamão.

Ao escutar os diferentes segmentos da comunidade escolar para compreender as implicações da Prova Brasil no dia a dia de escolas da zona rural de Viamão, considero que as ações de gestão escolar interferem no pertencimento da comunidade (professores, alunos, pais) e influenciam na participação da Prova Brasil.

A escuta dos participantes de diferentes segmentos que realizaram a Prova Brasil no quinto ano em 2015 foi importante porque ajudou a compreender as implicações nas escolas pesquisadas, ou seja, a forma como a comunidade escolar tomou conhecimento desta avaliação, como realizaram a prova e que usos fizeram de seus resultados.

Alguns problemas foram identificados. Entre eles, que os pais ou responsáveis e os alunos desconhecem os resultados da Prova Brasil, evidenciando que as discussões sobre os resultados do exame na escola não são realizados ou são superficiais. Há falhas nesse sentido, pois para que a avaliação cumpra sua função formativa os resultados têm que ser amplamente discutidos e divulgados, para proporcionar reflexão e tomada de decisão sobre o ensino e a aprendizagem na escola. Outro importante problema identificado é que parte significativa dos professores não tem opinião formada sobre as dificuldades dos alunos na realização da Prova Brasil. Nesse sentido, seria importante analisar os resultados na escola, a fim de diagnosticar em que tópicos precisa se dar mais ênfase para ensinar os alunos. Todos os alunos têm o direito de obter o conhecimento para promoverem sua aprendizagem, adequando para suas realidades as habilidades e competências exigidas.

De acordo com o que diz a maioria dos alunos, sua dificuldade está relacionada à incapacidade de entender o que deve ser respondido ou ao distanciamento entre o que aprende na escola e o que é solicitado na prova. Neste sentido, o estudo das Matrizes Curriculares na

escola poderia ser um caminho para um planejamento coerente com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

É preciso que a escola assuma seu papel de protagonista em avaliações de larga escala, a fim de que a participação de cada um dos segmentos possa se efetivar em ações para melhoria dos resultados do ensino e da aprendizagem na escola.

A partir da pesquisa realizada, proponho que a gestão da escola *converse sobre a Prova Brasil* a partir da formulação de questionários online, onde todos os segmentos da comunidade possam acessar e responder, sem precisar se identificar. A participação dos segmentos a partir do questionário online gera dados importantes para a discussão com a comunidade escolar e para a tomada de decisões na escola. Ainda que estes resultados não sejam a única referência para avaliar a qualidade da aprendizagem na escola, o protagonismo na sua realização e no uso dos resultados pode contribuir como um subsídio para a análise do desempenho escolar.

Nesse sentido, o questionário online utilizado nesta pesquisa pode servir de referência para outras elaborações nas escolas, a partir das proposições de seus gestores. Podendo, inclusive, serem elaborados materiais específicos para cada segmento.

Acredita-se que *conversar sobre a Prova Brasil*, com o apoio de um instrumento online, pode trazer benefícios para a aprendizagem na escola e para o município no que se refere a cumprir as metas de desempenho estabelecidas pelo Governo Federal.

Ao concluir esta pesquisa, como supervisora que atua a 32 anos em escolas da zona rural do município de Viamão, e há mais de dez anos como diretora, considera que a realização desta pesquisa me permitiu olhar para *meu chão*, o município de Viamão, de outra forma.

O que percebi, escrevendo e lendo sobre a Prova Brasil em escolas da zona rural do município de Viamão, é que ainda há muita falta de informação. O conteúdo das matrizes de referência precisa ser mais estudado e trabalhado em sala de aula. Além disso, é importante promover reuniões e discussão sobre o assunto Prova Brasil com pais e professores a fim de que estes percebam sua importância, considerando também os benefícios que a escola recebe a partir de seus resultados.

Apesar destas dificuldades apresentadas, a pesquisa também me fez perceber a diversidade das flores que compõem o campo das escolas de zona rural no município de Viamão e suas sementes que germinam um futuro promissor.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria Teresa Gonzaga; Soares, José Francisco; Xavier, Flavia Pereira. Índice socioeconômico das escolas de educação básica brasileiras. **Ensaio: Aval. Pol. Públ., Educ.** v.22., n.84, p.671-703, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/SO104-40362014000300005>>. Acesso em: 13 jun. 2016.
- ANADON, Simone Barreto; Garcia, Maria Manuela Alves. Educar para crescer ou auditar para crescer? Governando para o desenvolvimento. **Ensaio: Aval. Pol., Públi. Educ.** v.23, n.87, p.341-365, 2015. Disponível em: < <HTTP//dx.doi.org/10590/SO104-40362015000100014>. Acesso em: 13 jun. 2016.
- ANDREWS, Christina W.; VRIES, Michiel de. **Pobreza e municipalização da educação: análise dos resultados do IDEB (2005-2009)**. v.42, n.147, p.826-847, 2012. Disponível em: <[HTTP// dx. doi .org/101590/SO100-15742012000300010](HTTP//dx.doi.org/101590/SO100-15742012000300010)>. Acesso em: 8 jun. 2016.
- AKSENEN, Elisângela Zarpelon; MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. A educação rural à luz da legislação brasileira: 1927 a 1971. **Revista Diálogo Educacional**. Curitiba, v.15, n.46, p.703-722, set/dez. 2015.
- ARROYO, Miguel Gonzalez **A educação básica e o movimento social do campo**. 2. ed. Brasília: Vozes, 1999.
- ARROYO, Miguel Gonzalez. Movimentos Sociais e a construção de outros currículos. **Educar em Revista**. Curitiba: UFRR, 2015. n. 55, p. 47-68, jan./mar.
- AUDINO, Janaina Franciscatto. **Movimentos de apropriação do Ideb na gestão escolar em duas escolas da rede pública estadual em Porto Alegre/RS**. Dissertação (Mestrado em Gestão Educacional) - Programa de Pós-Graduação em Gestão Educacional, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2014.
- BARBOSA, José Márcio Silva; MELLO, Rita Márcia Andrade Vaz de. A gestão escolar e a busca pela melhoria na aferição do IDEB. **Revista ibero-americana de educacion**, n.67, p.39-54. 2015.
- BARROSO, Vera Lúcia Manoela (Org.). **Raízes de Viamão: memória, história e pertencimento**. Viamão: Ed. Est, 2008.
- BONAMINO, Alicia; BESSA, Nícia Franco (Orgs). **Avaliação da Educação Básica**. São Paulo: PUC, 2004.
- BUENO, L.; MASCIA, SCARANSI, R. Letramento, gêneros textuais e Prova Brasil: possibilidades de que tipo de desenvolvimento? **DELTA documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**. v.32, n. 1, p. 99-117. 2016.
- BRASIL. Constituição (1937). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm>. Acesso em: 4 mar. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 31 jan. 2016.

BRASIL. Constituição RS (1989). **Constituição do Estado do Rio Grande do Sul de 1989**. Disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br/dal/LegislaCAo/ConstituiCAoEstadual/tabid/36.aspx>>. Acesso em: 31 jan. 2016.

BRASIL. **Decreto-lei nº 8529 de 02 de janeiro de 1949**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 3 de mar. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Matriz de Referência do ENEM**. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2012/matriz_referencia_ene_m.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2016.

BRASIL. Regimento Padrão do Ensino Fundamental. 2014. **Secretaria Estadual de Educação**. Disponível em: <http://www.educacao.rs.gov.br/dados/edcampo_regim_esc_padrao_ef_escolas_campo_aprov_ceed.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2016.

CHIRINEA, Andréia Melanda; BRANDÃO, Carlos da Fonseca. O IDEB como política de regulação do Estado e legitimação da qualidade: em busca de significação. **Ensaio: aval. públ. Educ.** v.23, n.87, p.461-484. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/SO104-4362015000100019>>. Acesso em: 11 jun. 2016.

COSTA-HUBES, Terezinha da Conceição. Formação Continuada para professores da educação básica nos anos iniciais: ações voltadas para municípios com baixo IDEB. **Ver. Bras. Estud. Pedagog.** v.94, n.237, p.501-523. 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S2176-66812013000200008>>. Acesso em: 8 jun 2016.

DREY, Rafaela Fetzner; GUIMARÃES, Ana Maria de Mattos. Da prescrição à realização: os PCNS, a Prova Brasil e o professor na sala de aula de língua materna. **Signótica**, v.20, ed.2, p. 445-468, abr. 2008.

DUARTE, Natalia de Souza. O impacto da Pobreza no IEDB: um estudo multinível. **Rev. Bras. Estud. pedagog.** v. 94, n. 237, p. 343-363. 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S2176-66812013000200002>>. Acesso em: 9 jun 2016.

FILHO, Naercio Menezes; NUÑEZ, Diana Fekete; FERNAND, Patriota. Comparando as escolas paulistas com melhor e pior desempenho no Saesp e na Prova Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, v.23, ed.1, p.115-134, jan. 2009.

JUNHUM, Maristela; GABRIEL, Rosângela. Prova Brasil na visão dos professores. **Signo**, v.34, n.1, ed.57, p. 120-133, jan. 2010.

INEP. **Dados da educação básica**. Disponível em: <<http://inep.gov.br/web/provinha-brasil/provinha-brasil>>. Acesso em: 18 mai. 2016.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas: temas básicos de educação e ensino**. 8. ed. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 2004.

MOLINA, Mônica Castagna. Expansão das licenciaturas em Educação do Campo: desafios e potencialidades. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 55, p. 145-166, jan./mar. 2015.

NETTO, Carla; SOUSA, Isabela Mascarenhas Antoniutti de; CASTRO, Flavia Da Silva. Prova Brasil: o que esse instrumento de avaliação nacional vem “provar”? **Revista Educação por Escrito**. v.1, n.1, ed. 1, p.67-75, jan.2010.

PAZ, Fábio Mariano da; RAPHAEL, Hélia Sônia. Contribuições para o debate sobre a escola pública: o índice de desenvolvimento da educação Básica (IDEB). **Colloquium Humanarum**, v. 9, p. 55-65, dez. 2012.

PEIXER, Zilma Isabel; VARELA, Iáscara Almeida (Orgs) **Educação do Campo**. 1.ed. Lages: Editora Grafine, 2011.

PEREIRA, Maria José; MORI, Nerli Nonato Ribeiro. Diretrizes curriculares e o desempenho de alunos paranaenses da 8º série do ensino fundamental na Prova Brasil. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**. v.8, ed.1. 2011.

PIMENTA, Garrido; SILVA, Selma Ghedin Evandro; FRANCO, Maria Amélia Santoro (Orgs.). **Pesquisa em educação alternativas investigativas, com objetos complexos**. São Paulo: Loyola, 2006.

REAL, Giselle Cristina Martins. Relação entre educação básica e educação superior: algumas considerações com base em estudos exploratórios do Ideb em Mato Grosso do Sul. **Ver. Bras. Estud. Pedagog.** v. 96, n. 242, p. 146-161. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.590/S2176-6681/321812028>>. Acesso em: 11 jun. 2016.

RIBEIRO, Marlene. Educação do campo: embate entre movimento camponês e Estado. **Educ. Rev.** v.28, n.1, p.459-490. 2012.

SALGADO JUNIOR, Alexandre Pereira; NOVI, Juliana Chieretti. Proposta de práticas administrativo-pedagógicas que possam contribuir para o desempenho dos alunos de escolas municipais do ensino fundamental na Prova Brasil. **Ensaio**, v.23, ed. 88, p. 631-662. 2015.

SECADI/MEC. Educação do campo: marcos normativos. **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão**. Brasília: SECADI, 2012.

SCHINEIDER, Marilda Pasqual; NARDI, Elton Luiz. IDEB e a construção de um modelo de accountability na educação básica brasileira. **Rev.Port. de Educação**. v.27, n.1, p. 7-28. 2014. Disponível em: <http://WWW.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?Script=sci_arttext&pid=S0871-91872014000100002&Lang=PT>. Acesso em: 13 jun. 2016.

SILVA, Erlane Freire da; FERREIRA, Lúcia Gracia. Qualidade de Ensino e Formação de Professores: interrelação com o IDEB e a Prova Brasil. **Meta: Avaliação**. v.5, n.15, p. 298-326, set/dez. 2013.

SOARES, José Francisco; ALVES, Maria Teresa Gonzaga. Efeitos de escolas e município na qualidade do ensino fundamental. **Cad. Pesqui.**v. 43, n. 149, p. 492-517, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742013000200007>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

SOARES, José Francisco; Xavier, Flávia Pereira. Pressupostos educacionais e estatísticos do Ideb. **Educ. Soc.** v. 34, n. 124, p. 903-923, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.590/S00101-73302013000300013>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

SOUZA, Maria Antônia. Educação do campo e desigualdades sociais e educacionais. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 745-763, jul.-set. 2012.

TORTOLA, Emerson; ALMEIDA, Lourdes Maria Werle de. Reflexões a respeito do uso da modelagem matemática em aulas nos anos iniciais do ensino fundamental. **Ver. Bras. Estud. Pedagog.** v.94, n. 237, p. 619-642. 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s2176-66812013000200014>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

WERLE, Flávia Obino Corrêa (Org.). **Educação rural em perspectiva internacional**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007

WERLE, Flávia O. C.; CORSETTI, Berenice. Fritsch. Rosângela. (Orgs.). Avaliação em Larga Escala. **Políticas & Práticas**. São Leopoldo: OIKOS, 2015.

APÊNDICE A - Descrição dos artigos da temática “Educação do campo”

Título	Autores	Objetivos	Metodologia
Expansão das licenciaturas em Educação do Campo: desafios e potencialidades	Molina, Monica Castagna	Analisar a expansão da Educação Superior do Campo e suas contribuições para o desenvolvimento rural e para a sociedade Nacional. Apresentar uma parte das questões desenvolvidas a grupo que analisa Expansão da Educação do Campo	Revisão da literatura. A pesquisa não contou com a participação de sujeitos
Embates entre paradigmas de políticas para a educação em espaços rurais no Brasil contemporâneo	Balbi de Figueiredo e Cordeiro, Tássia Gabriele, de Alvarenga, Márcia Soares.	Investigar possíveis contradições entre discursos e práticas governamentais de políticas para as escolas rurais	Levantamento de dados oficiais sobre escolas rurais no estado do Rio de Janeiro
Política educacional para populações camponesas da aparência à essência	Ribeiro, Marlene	Analisar as concepções que informam a educação do campo e o Programa Escola Ativa no intuito de captar as contradições que impregnam a política de Estado para essas populações	Revisão da literatura. A pesquisa não contou com a participação dos sujeitos.
Educação do Campo, desigualdades sociais e educacionais.	Souza, Maria Antônia de.	Caracterizar a gênese da prática e concepção a da educação do campo, atentando para concentração da terra e da propriedade como elementos estruturais geradores	Pesquisa bibliográfica e documental, Bem como de estudos empíricos, realizados no período de

		de desigualdade social. É propósito, ainda, destacar as principais conquistas efetivadas de 1990 até 2012 no âmbito da educação do campo e pontuar conflitos judiciais em torno do direito à educação superior entre povos do campo.	2002 a 2012.
Educação do Campo embate entre Movimentos Camponês e Estado	Ribeiro, Marlene	Apontar potencialidades da educação do campo. Enquanto conquista do movimento Camponês, e os limites que esta enfrenta, no Brasil, em que o capital agrário e financeiro, relacionado ao agronegócio, disputa a propriedade da terra e exerce pressão sobre o Estado.	Revisão da literatura. A pesquisa não contou com a participação de sujeitos.
Os Movimentos Sociais e a construção de outros currículos	Arroyo, Miguel Gonzales	Destacar quais indagações, saberes, culturas e valores têm trazido diversidade aos movimentos sociais; Investigar de que forma incorporar esses elementos na elaboração de currículos de formação de docentes- educadores e na elaboração de currículos de educação básica nas escolas das	Revisão da literatura. A pesquisa não contou com a participação de sujeitos.

		populações do campo, indígenas, quilombolas, das florestas,	
--	--	---	--

Fonte: Elaborada pela Autora

APÊNDICE B - Artigos relacionados ao “Índice de Desenvolvimento da Educação Básica” na base Scielo.

Titulo	Autores	Objetivo	Metodologia
“Educar para crescer” ou auditar para crescer? Governando para o desenvolvimento	Anadon, Simone Barreto, Garcia, Maria Manuela Alves	Analisar o funcionamento de uma seção do site “Educar para Crescer”, que divulga os resultados do (IDEB), a partir dos estudos culturais e da noção de discurso foucaultiano.	Revisão da literatura. A pesquisa não contou com a participação de sujeitos.
O IDEB como política de regulação do Estado e legitimação da qualidade em busca de significados	Chirinéia, Andréia Melanda, Brandão, Carlos da Fonseca	Discutir a qualidade da educação básica, legitimada pela avaliação externa e divulgada pelo IDEB.	Revisão da literatura. A pesquisa não contou com a participação de sujeitos.
Relação entre educação básica e educação superior, algumas considerações com base no estudo exploratório do IDEB em MGS	Real, Giselle Cristina Martins	Explicitar as relações entre a Universidade Estadual do MGS E as redes municipais com bons resultados no IDEB localizadas no interior do Estado.	Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório. A pesquisa não contou com a participação de sujeitos.
Índice socioeconômico das escolas de educação básica brasileira	Alves, Maria Teresa Gonzaga Soares, José Francisco, Xavier, Flavia Pereira	Apresentar a metodologia e os resultados do desenvolvimento de índice de nível Socioeconômico das escolas de educação básica do Brasil	Questionários contextuais aos quais os alunos respondam nas avaliações educacionais feitas pelo governo federal nesse nível de ensino. Foram consideradas as respostas válidas

			de 20.806.062 alunos em 21 bases de dados.
O discurso da qualidade da educação e o governo da conduta docente	Voss, Dulce mari Silva, Garcia, Maria Manuela Alves	Analisar os efeitos de autorresponsabilização Na conduta docente do discurso da qualidade da educação Alicerçada na elevação do IDEB. Todos pela Educação, gestada através do Plano de Ações Articuladas (PAR).	Entrevista com professores que participaram da construção da política no contexto de um município do interior do RGS, no período de 2008-2011.
O IDEB e a construção de um modelo accountability na educação Básica brasileira	Schneider, Marilda Pasqual, Nardi, Elton Luiz	Analisar o índice de desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), enquanto uma medida do governo brasileiro para aferir o desempenho educacional dos estudantes.	Revisão da literatura. A pesquisa não contou com a participação de sujeitos.
Pressupostos educacionais e estatísticos do IDEB	Soares, José Francisco, Xavier, Flávia Pereira	Explicar a concepção de qualidade e de equidade de escolas através da descrição dos algoritmos do IDEB. Isso permite identificar os efeitos diretos e indiretos que Seu uso induz nas escolas e que reorientam suas políticas e práticas, buscando sua maximização.	Revisão da literatura. A pesquisa não contou com a participação de sujeitos.
Efeitos de escolas e municípios na qualidade do ensino	Soares, José Francisco, Alves, Maria Teresa	Identificar escolas públicas e municípios que contribuem para Elevar	Compara-se os efeitos das escolas e dos municípios

		significativamente os Elementos na elaboração de currículos de formação de docentes-educadores/ as e na educação básica nas escolas do campo, indígenas, quilombolas, das florestas.	avaliados
fundamental	Gonzaga	Resultados de seus alunos	Com outros indicadores de qualidade educacional, como o IDEB. E os gastos municipais por aluno, e também a eficiência da rede de ensino público dentro do municípios. Utiliza-se a Prova Brasil de 2005, 2007, 2009, 2011, 2013, 2015, 2017, 2019 (a Prova Brasil aplica-se um questionário contextual que solicita informações sobre o aluno).
O impacto da pobreza no IDEB: um estudo multinível	Duarte, Natalia de Souza	Investigar, por meio de análise de regressão multinível, o impacto da pobreza no IDEB das escolas.	Foi considerado o percentual de beneficiários do programa Bolsa Família nas instituições de ensino com IDEB 2009. Na composição do modelo matemático, foi

			utilizada a metodologia multinível e inseridas variáveis do nível da escola e do município.
Reflexão a respeito do uso da modelagem matemática em aulas nos anos iniciais do ensino Fundamental	Tortola, Emerson, Almeida, Lourdes Maria Werle de	Apresentar resultados decorrentes de uma pesquisa com participação de alunos no desenvolvimento de atividades de modelagem matemática, e um ano após essas atividades, testar a resolução, de questões com os conteúdos que emergiram daquelas atividades.	Abordagem de uma diversidade de conteúdos matemáticos, cuja aprendizagem pode ser inferida a partir do desempenho Dos estudantes nas questões associadas à Prova Brasil, que lhes foram propostas.
Formação continuada para professores da educação básica no anos iniciais: ações voltadas para Municípios com baixo IDEB	Costa-Hübes, Terezinha da Conceição	Discorrer sobre atividades no ano de 2011 até meados de 2012, na área de Língua Portuguesa, voltadas para os eixos leitura e produção escrita de texto, refletindo sobre as ações de formação continuada.	Pesquisa calcada nos pressupostos teóricos da linguística Aplicada por voltar-se para o estudo da língua em sua ação efetiva.
Contexto escolar e indicadores educacionais: condições desiguais para efetivação de uma política De avaliação educacional	Alves, Maria Tereza Gonzaga, Soares, José Francisco	Analisar a relação entre o indicador e o contexto escolar, considerando para tal o perfil de seus alunos e as características do estabelecimento de ensino.	A análise empírica utiliza Dados da Prova Brasil, do Censo Escolar. e do próprio IDEB, por meio de modelos de regressão linear

			múltipla.
Pobreza e municipalização da educação: análise dos resultados do IDEB (2005-2009).	Andrews, Cristina,W,Vries, Michiel S.De	Apresentar resultados da pesquisa empírica que buscou verificar o impacto sobre o IDEB em escolas de ensino fundamental em mais de 5.500 municípios brasileiros, comparando o desempenho de escolas estaduais e municipais.	Dados de 2005, 2007,2009 e de correlações parciais. por meio de regressões lineares simples,resíduos de regressões
As novas propostas curriculares e a prática pedagógica	Tura, Maria de Lourdes Rangel	Analisar as propostas curriculares em processo de implantação em escola da rede pública do município do RJ, à luz das novas políticas curriculares que transitam nos contextos mais amplos do campo educacional e que se apoiam em discursos em torno do significativo desempenho escolar, retratado pelo IDEB. Analisar também os discursos de produção da performatividade e de novos modelos de gerência da vida escolar e do trabalho docente.	Revisão da literatura. A Pesquisa não Contou com a Participação De sujeitos.

Fonte: Elaborado pela Autora

**APÊNDICE C - Artigos relacionados ao “Índice de Desenvolvimento da Educação Básica”
no Portal da Capes**

Título	Autores	Objetivo	Metodologia
Contribuição para Debate sobre a escola pública: o índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB)	Da Paz, Fábio Mariano	Abordar a operacionalização do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e sua culminância no IDEB, analisando globalmente seus fundamentos, problemas e perspectivas. Refletir sobre os impactos dos rankings produzidos em função do Ideb, bem como as práticas cada vez mais correntes de responsabilização das escolas.	Pesquisa documental, entrevistas e questionários aplicados.
A gestão escolar e a busca pela melhoria na aferição do IDEB	Barbosa, José Márcio Silva; Vaz de Mello, Rita Márcia Andrade	Apresentar dados de pesquisa desenvolvida em instituição de ensino superior, sob os auspícios da capes, bem como analisar a dimensão dialógica de gestores escolares pautados na leitura da realidade de suas unidades escolares a partir da implementação do IDEB.	A revisão de literatura da área, a aplicação de questionários e o trabalho de campo constituem os procedimentos metodológicos adotados.

Fonte: Elaborada pela Autora

APÊNDICE D - Artigos relacionados à “Prova Brasil” no portal de Periódicos da CAPES

Título	Autores	Objetivo	Metodologia
Estudante com necessidades especiais nas avaliações em larga escala: Prova Brasil e ENEM.	Silva, Mariana Cesar Verçosa: Meletti, Silvia Márcia Ferreira.	Analisar a participação e o desempenho de alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino do município de Londrina (PR) nas avaliações: Prova Brasil e ENEM, nos anos de 2007 e 2008.	Análise dos dados da Prova Brasil e do Exame nacional do Ensino Médio (ENEM) nos anos de 2007 e 2008, segundo as variáveis: participação na prova, tipo de necessidade educacional especial, sexo, raça-etnia, idade e desempenho.
Qualidade de ensino e formação de Professores: interrelação com o IDEB e a Prova Brasil	Bueno,L:Márcia M.A.A;Scaransi,R.	Analisar se a formação dos professores, como Indicadores de qualidade do ensino de duas escolas municipais estava em consonância com o desempenho dos alunos na Prova Brasil do 5º ano,do ensino Fundamental de Maiquínique, referente ao ano de 2011.	Através do questionário, coletando dados sobre o perfil das professoras participantes das pesquisas, sobre a formação e condições de trabalho das mesmas nas escolas, conhecemos como elas avaliam a escola e a qualidade do ensino. A avaliação também as notas da Prova Brasil das escolas pesquisadas dos anos 2005 a 2011.
Letramento, gêneros textuais e a Prova Brasil:	Bueno,L.:Mascia,M.A.A. Scaransi,R.	Refletir sobre o tratamento dado aos textos da	Análise de gêneros Textuais usados

<p>possibilidades de que tipo de desenvolvimento ?</p>		<p>Prova Brasil e as consequências que tal tratamento pode gerar no desenvolvimento do letramento dos alunos e professores.</p>	<p>no simulado da Prova Brasil divulgado pelo governo federal, e tomaram-se os pressupostos teóricos do interacionismo.</p> <p>Sociodiscursivo (ISD),na convergência com</p> <p>Os estudos discursivos, para.</p> <p>Fundamentar a análise dos textos.</p>
<p>Prova Brasil na visão dos professores</p>	<p>Maristela Juchum: Rosângela Gabriel</p>	<p>Apresentar os Resultados de Entrevistas realizadas com Professores que trabalham com alunos das séries em Que a Prova Brasil é aplicada.</p>	<p>Entrevistas com Professores que Trabalham com alunos das séries em que a Prova Brasil é aplicada em entrevistas Com professores de Língua Portuguesa e analisamos os planos de ação, registros nos livros de chamada e, simultaneamente , os currículos que Embasam suas práticas, como: Currículo Básico.</p> <p>Para a Escola Pública do Estado Do Paraná, 1990, Parâmetros Curriculares de Língua Portuguesa.</p>

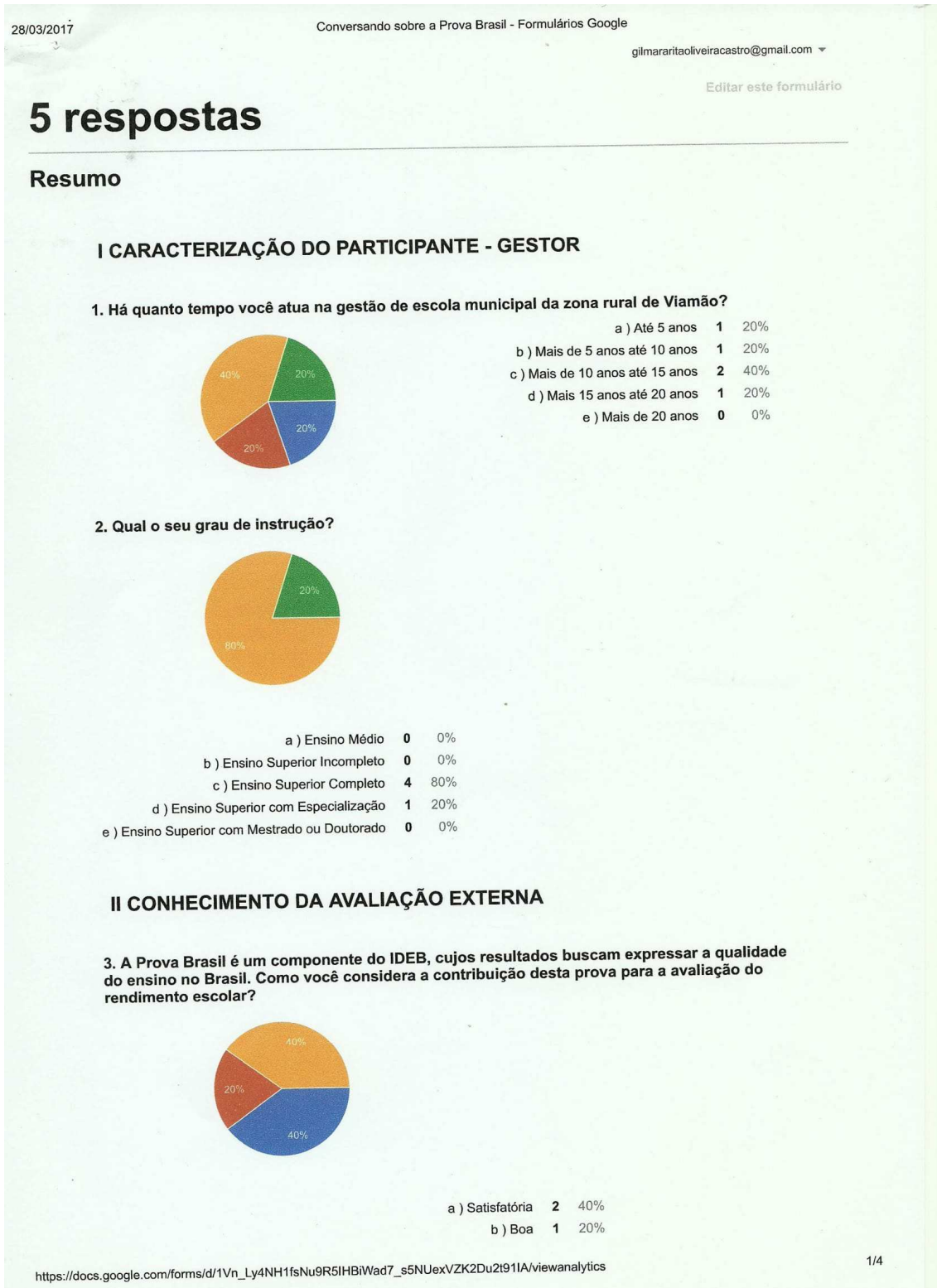
			Para Educação Básica (PR. 2008).
Proposta de prática administrativo-pedagógicas que possam contribuir para Desempenho dos alunos municipais do Ensino fundamental na Prova Brasil.	Salgado Junior,Alexandre,Pereira: Novi, Juliana Chieretti.	Aplicar a metodologia Salgado Junior Novi para identificar a práticas administrativo-pedagógico que possam contribuir para O desempenho Dos alunos de escolas municipais do ensino fundamental na Prova Brasil.	<p>A metodologia divide-se em duas etapas; qualitativas.</p> <p>Assim, na primeira etapa, de caráter quantitativo, foram comparadas sete escolas eficientes,</p> <p>Calculadas na fronteira da análise</p> <p>Envoltória de dados. (DEA) a três escolas ineficientes, escolhidas por julgamento e conveniência. Na</p> <p>Segunda etapa,de caráter qualitativo</p> <p>Visando compreender os processos internos que levam escolas</p> <p>Com características similares a obterem desempenhos</p> <p>Diferentes, foram</p> <p>Realizados estudos de múltiplos casos.</p>

<p>Prova Brasil: o que esse instrumento de avaliação vem “Provar”?</p>	<p>Netto, Carla: Sousa, Isabela Mascarenhas Antoniutti de: Castro, Flavia da Silva.</p>	<p>Verificar e analisar a visão dos Professores do 5º ano do ensino pública Acerca da validade da aplicação da “Prova Brasil” Como instrumento de avaliador da qualidade em Educação.</p>	<p>A pesquisa de abordagem qualitativa envolveu sete professores de quatro escolas municipais e estaduais de ensino. Como Instrumento de pesquisa fez de entrevistas Semiestruturadas.</p>
<p>Comparando as escolas Paulistas com o Melhor e pior desempenho no Saesp e na Prova Brasil.</p>	<p>Filho, Naercio Menezes; Nunez, Diana Fekete: Ribeiro, Fernanda Patriota.</p>	<p>Examinar quais fatores são os principais responsáveis por manter Uma escola Entre as 10% Melhores ou as 10% piores no Estado de São Paulo, por meio da análise de suas proficiências E dos questionários Respondidos pela equipe Escolar e pelos alunos na Prova Brasil e no Saesp, para as turmas de 8º ano na disciplina de</p>	<p>Para a elaboração do artigo, utilizaram-se informações do sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo-Sresp 2008 e a Prova Brasil de 2007.</p>

		Matemática.	
Da prescrição à Realização; os PCNS a Prova Brasil eo Professor na sala de aula De língua materna	Drey,RafaelaFetzner,Guimarães , Ana Maria de Mattos	Discutir o papel dos PCNS e das orientações Curriculares do Ensino Médio como Prescritores do ensino de Português Como língua materna no Brasil e como Referência para o estabelecimento de exames Nacionais de avaliação do Ensino, como a Prova Brasil.	Análise dos construtos teóricos Que constituem esses documentos oficiais (PCNS) e das Orientações Curriculares da realidade dessas Prescrições nas escolas.

Fonte: Elaborada pela autora

APÊNDICE E – Resultados do Questionário (Gestores)

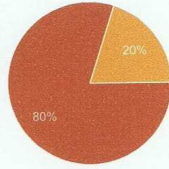


28/03/2017

Conversando sobre a Prova Brasil - Formulários Google

- c) Muito boa 2 40%
- d) Ótima 0 0%
- e) Não considero que contribua para a avaliação do rendimento escolar 0 0%

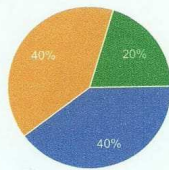
4. Como você toma conhecimento da Prova Brasil e de seus resultados?



- a) Pela internet 0 0%
- b) Por outros meios de comunicação (rádio,jornais,televisão) 4 80%
- c) Pela Secretaria de Educação 1 20%
- d) Por gestores de outras escolas 0 0%
- e) Por vários meios 0 0%

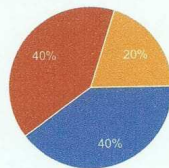
III REALIZAÇÃO DA PROVA BRASIL

5. Como você incentiva a participação na Prova Brasil?



- a) Conversa com os professores sobre a importância da Prova Brasil 2 40%
- b) Conversa com a comunidade escolar sobre a importância da Prova Brasil 0 0%
- c) Conversa com os professores sobre a importância da Prova Brasil e explica como será realizada 2 40%
- d) Conversa com a comunidade escolar sobre a importância da Prova Brasil e explica como será realizada 1 20%
- e) Não considera que seja sua atribuição 0 0%

6. Qual a maior dificuldade dos alunos na realização da Prova Brasil?



- a) O desconhecimento do conteúdo 2 40%
- b) O grau de dificuldade das questões 2 40%
- c) O tempo de realização da Prova 1 20%
- d) A falta de motivação 0 0%

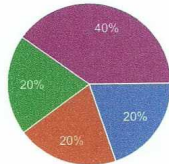
28/03/2017

Conversando sobre a Prova Brasil - Formulários Google

e) Não tem opinião formada 0 0%

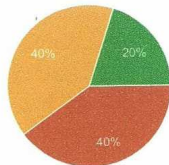
IV USO DOS RESULTADOS

7. Como você trabalha os resultados da Prova Brasil?



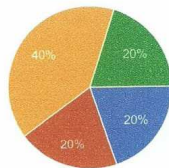
- a) Divulga os resultados que recebo da Secretaria de Educação Municipal 1 20%
- b) Divulga e promove discussões sobre os resultados envolvendo os professores da escola 1 20%
- c) Divulga e promove discussões sobre os resultados envolvendo o Conselho Escolar 0 0%
- d) Divulga, promove discussões e toma decisões sobre os resultados envolvendo a comunidade e o Conselho Escolar 1 20%
- e) Os resultados ainda são pouco trabalhados na escola 2 40%

8. Os resultados da avaliação da Prova Brasil fornecem dados para a reflexão e tomada de decisão destinadas a melhorias do ensino nas escolas de zona rural. Em relação a esta afirmação, você:



- a) Discorda totalmente, pois os dados não condizem com a realidade 0 0%
- b) Discorda parcialmente, pois os dados são insuficientes 2 40%
- c) Concorda parcialmente, pois os dados são poucos utilizados 2 40%
- d) Concorda totalmente, pois os dados influenciam as ações de ensino 1 20%
- e) Não tem opinião formada 0 0%

9. A análise da Prova Brasil integra o cálculo do IDEB, cujos resultados têm sido usados para responsabilizar os gestores e os professores pelo desempenho escolar. Em relação à responsabilidade referida nesta afirmação, você:



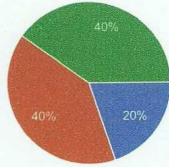
- a) Discorda totalmente, pois há muitos fatores que interferem nos resultados 1 20%
- b) Discorda parcialmente, pois a desmotivação para a participação na Prova Brasil interfere bastante nos resultados 1 20%
- c) Concorda parcialmente, pois depende de professores e gestores a motivação para a participação da Prova Brasil 2 40%

28/03/2017

Conversando sobre a Prova Brasil - Formulários Google

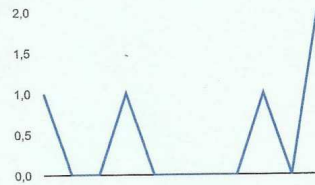
d) Concorda totalmente,pois gestores e professores são agentes mais importantes no desempenho escolar	1	20%
d) Não têm opinião formada	0	0%

10 . A análise dos resultados da Prova Brasil tem contribuído para a qualidade do ensino porque transforma as ações de toda a comunidade escolar. Em relação a esta afirmação, você :



a) Discorda totalmente, pois a análise não é realizada com o Conselho Escolar	1	20%
b) Discorda parcialmente, pois a análise realizada é superficial	2	40%
c) Concorda parcialmente, pois a análise contribui somente para identificar as dificuldades	0	0%
d) Concorda totalmente, pois a análise contribui para a reflexão e realização de novas ações na escola	2	40%
e) Não tem opinião formada	0	0%

Número de respostas diárias



APÊNDICE F – Resultados do Questionário (Professores)

28/03/2017

Conversando sobre a Prova Brasil - Formulários Google

gimaraesoliveiracastro@gmail.com

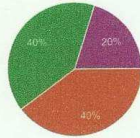
[Editar este formulário](#)

5 respostas

Resumo

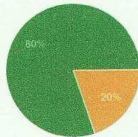
I CARACTERIZAÇÃO DO PARTICIPANTE - PROFESSOR

1. Há quanto tempo você atua em escola municipal da zona rural de Viamão?



a) Até 5 anos	0	0%
b) Mais de 5 anos até 10 anos	2	40%
c) Mais de 10 anos até 15 anos	0	0%
d) Mais de 15 anos até 20 anos	2	40%
e) Mais de 20 anos	1	20%

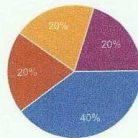
2. Qual seu grau de instrução?



a) Ensino Médio	0	0%
b) Ensino Superior Incompleto	0	0%
c) Ensino Superior Completo	1	20%
d) Ensino Superior Completo com Especialização	4	80%
e) Ensino Superior com Mestrado ou Doutorado	0	0%

II CONHECIMENTO DA AVALIAÇÃO EXTERNA

3. A Prova Brasil é um componente do IDEB, cujos os resultados buscam expressar a qualidade do ensino no Brasil. Como você considera a contribuição desta prova para a avaliação do rendimento escolar?



a) Satisfatória	2	40%
b) Boa	1	20%
c) Muito boa	1	20%
d) Ótima	0	0%
e) Não considera que contribua para a avaliação do rendimento escolar	1	20%

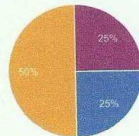
4. Como você toma conhecimento da Prova Brasil e de seus resultados?



a) Pela internet	1	20%
b) Por outros meios de comunicação (rádio, jornais ,televisão)	1	20%
c) Pela direção	2	40%
d) Por outros professores	0	0%
e) Por vários meios	1	20%

III REALIZAÇÃO DA PROVA

5. Como você incentiva a participação na Prova Brasil ?



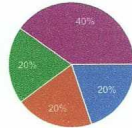
a) Conversa com os alunos sobre a importância de	1	25%
b) Conversa com os alunos sobre a importância da Prova Brasil e explica como	1	25%
c) Conversa com os alunos sobre a importância da importância da Prova Brasil, explica como ela se realiza e aplica atividades semelhantes ao tipo de questões existentes na	2	50%
d) Não conversa sobre a Prova Brasil, mas aplica atividades semelhantes ao tipo questão existente na	0	0%

28/03/2017

Conversando sobre a Prova Brasil - Formulários Google

e) Não considera que isso seja €

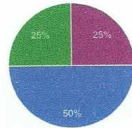
6. Qual a maior dificuldade dos alunos na realização da Prova Brasil ?



- | | | |
|--|---|-----|
| a) O desconhecimento do conteúdo | 1 | 20% |
| b) O grau de dificuldade das questões | 1 | 20% |
| c) O tempo de realização da Prova | 0 | 0% |
| d) A falta de motivação | 1 | 20% |
| e) Não tem opinião formada | 2 | 40% |

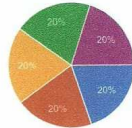
IV O USO DOS RESULTADOS

7. como você trabalha, com os alunos , os resultados da Prova Brasil ?



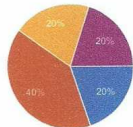
- | | | |
|---|---|-----|
| a) Comenta os resultados de modo geral | 2 | 50% |
| b) Comenta os resultados de um modo geral e analisa algumas questões | 0 | 0% |
| c) Comenta os resultados de modo geral e aplica ALGUMAS questões da prova como atividade em aula | 0 | 0% |
| d) Comenta os resultados de um modo geral e aplica TODAS as questões da prova como atividade em aula | 1 | 25% |
| e) Não considera que seja sua atribuição | 1 | 25% |

8. Os resultados da avaliação da Prova Brasil fornecem dados para a reflexão e tomada de decisão destinadas a melhorias do ensino nas escolas de zona rural. Em relação a esta afirmação, você:



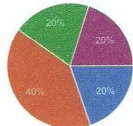
- | | | |
|---|---|-----|
| a) Discorda totalmente, pois os dados não condizem com a realidade | 1 | 20% |
| b) Discorda parcialmente, pois os dados são insuficientes | 1 | 20% |
| c) Concorda totalmente, pois os dados são pouco utilizados | 1 | 20% |
| d) Concorda totalmente, pois os dados influenciam as ações de ensino | 1 | 20% |
| e) Não tem opinião formada | 1 | 20% |

9. A análise da Prova Brasil integra o cálculo do IDEB, cujos resultados têm sido usado para responsabilizar os gestores e os professores pelo desempenho escolar. Em relação à responsabilidade referida nesta afirmação, você:



- | | | |
|--|---|-----|
| a) Discorda totalmente, pois há muitos fatores que interferem nos resultados | 1 | 20% |
| b) Discorda parcialmente, pois a desmotivação para a participação na Prova Brasil interfere bastante nos resultados | 2 | 40% |
| c) Concorda parcialmente, pois depende de professores e gestores a motivação para a participação na Prova Brasil | 1 | 20% |
| d) Concorda totalmente, pois gestores e professores são agentes mais importantes no desempenho escolar | 0 | 0% |
| e) Não tem opinião | 1 | 20% |

10. A análise dos resultados da Prova Brasil tem contribuído para a qualidade do ensino porque transforma as ações de toda a comunidade escolar. Em relação a esta afirmação, você:

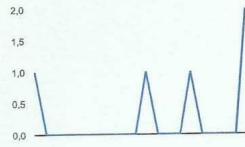


28/03/2017

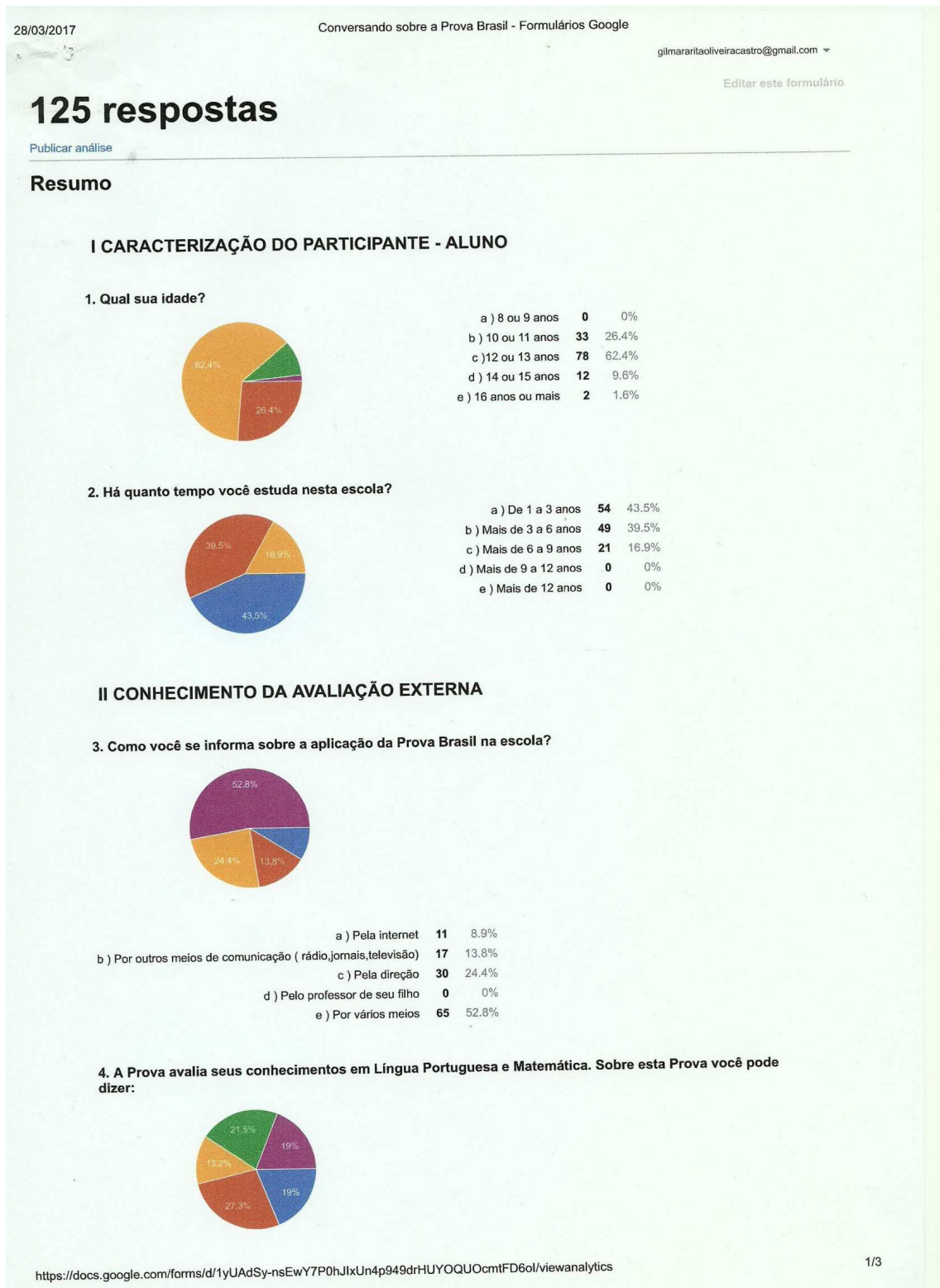
Conversando sobre a Prova Brasil - Formulários Google

a) Discorda totalmente, pois a análise não é realizada com o Conselho Escolar	1	20%
b) Discorda parcialmente, pois a análise realizada é superficial	2	40%
c) Concorda parcialmente, pois a análise contribui somente para identificar as dificuldades	0	0%
d) Concorda totalmente, pois a análise contribui para a reflexão e realização de novas ações na escola	1	20%
e) Não tem opinião formada	1	20%

Número de respostas diárias



APÊNDICE G – Resultados do Questionário (Alunos)



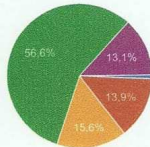
28/03/2017

Conversando sobre a Prova Brasil - Formulários Google

- a) TODAS as questões são muito diferentes das atividades de sala de aula **23** 19%
- b) ALGUMAS questões são diferentes das atividades de sala de aula **33** 27.3%
- c) Algumas questões são difíceis, mas não são diferentes das atividades de sala de aula **16** 13.2%
- d) As questões não são difíceis porque são semelhantes às atividades de sala de aula **26** 21.5%
- e) Não tem opinião formada **23** 19%

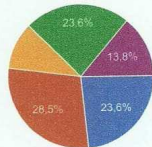
III PARTICIPAÇÃO NA REALIZAÇÃO DA PROVA

5. Como você participou da Prova Brasil no quinto ano?



- a) Colocou o nome e entregou a prova em branco **1** 0.8%
- b) Respondeu todas as questões, sem pensar muito **17** 13.9%
- c) Respondeu somente as questões que sabia e tinha certeza da resposta **19** 15.6%
- d) Respondeu todas as questões com atenção, mesmo sem ter certeza da resposta **69** 56.6%
- e) Não participou, pois não foi à aula no dia da realização da Prova Brasil **16** 13.1%

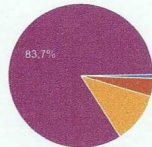
6. Qual foi sua maior dificuldade na realização desta prova ?



- a) O que aprendo não é o que está na prova **29** 23.6%
- b) É difícil de entender o que deve ser respondido **35** 28.5%
- c) É pouco tempo para responder as questões **13** 10.6%
- d) Não tem opinião formada **29** 23.6%
- e) Não participou da prova **17** 13.8%

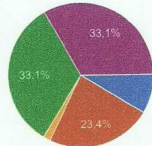
IV USO DOS RESULTADOS

7. Como os resultados da Prova Brasil são divulgados na escola para você ?



- a) Pelo mural da escola **1** 0.8%
- b) Pelo diretor **5** 4.1%
- c) Pelo professor em sala de aula **14** 11.4%
- d) São divulgados de diferentes formas **0** 0%
- e) Desconhece o resultado **103** 83.7%

8. O professor recebe o resultado da Prova Brasil de Língua Portuguesa e nela há uma questão onde os alunos tinham que interpretar e localizar. Em relação a este tipo de questão, você pensa que é difícil porque:



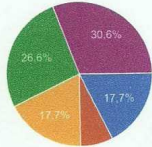
- a) Não está acostumado a fazer questões de interpretar e localizar **11** 8.9%

28/03/2017

Conversando sobre a Prova Brasil - Formulários Google

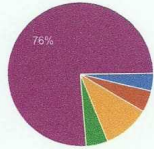
- b) As atividades em sala de aula trabalham somente questões de interpretar 29 23.4%
- c) As atividades em sala de aula trabalham somente questões de localizar 2 1.6%
- d) Não tem dificuldade, pois é muito semelhante às atividades de sala de aula 41 33.1%
- e) Não tem opinião formada 41 33.1%

9. O professor recebe o resultado da Prova Brasil de Matemática e nela há uma questão onde os alunos tinham que transformar horas em frações. Em relação a este tipo de questão, você pensa que é difícil, porque :



- a) Não está acostumado a fazer atividades de transformar horas e frações 22 17.7%
- b) As atividades em sala de aula trabalham somente questões sobre horas 9 7.3%
- c) As atividades em sala de aula trabalham somente questões sobre frações 22 17.7%
- d) Não tem dificuldade, pois é muito semelhante às atividades de sala de aula 33 26.6%
- e) Não tem opinião formada 38 30.6%

10. Como os resultados da Prova Brasil são trabalhados em sala de aula ?

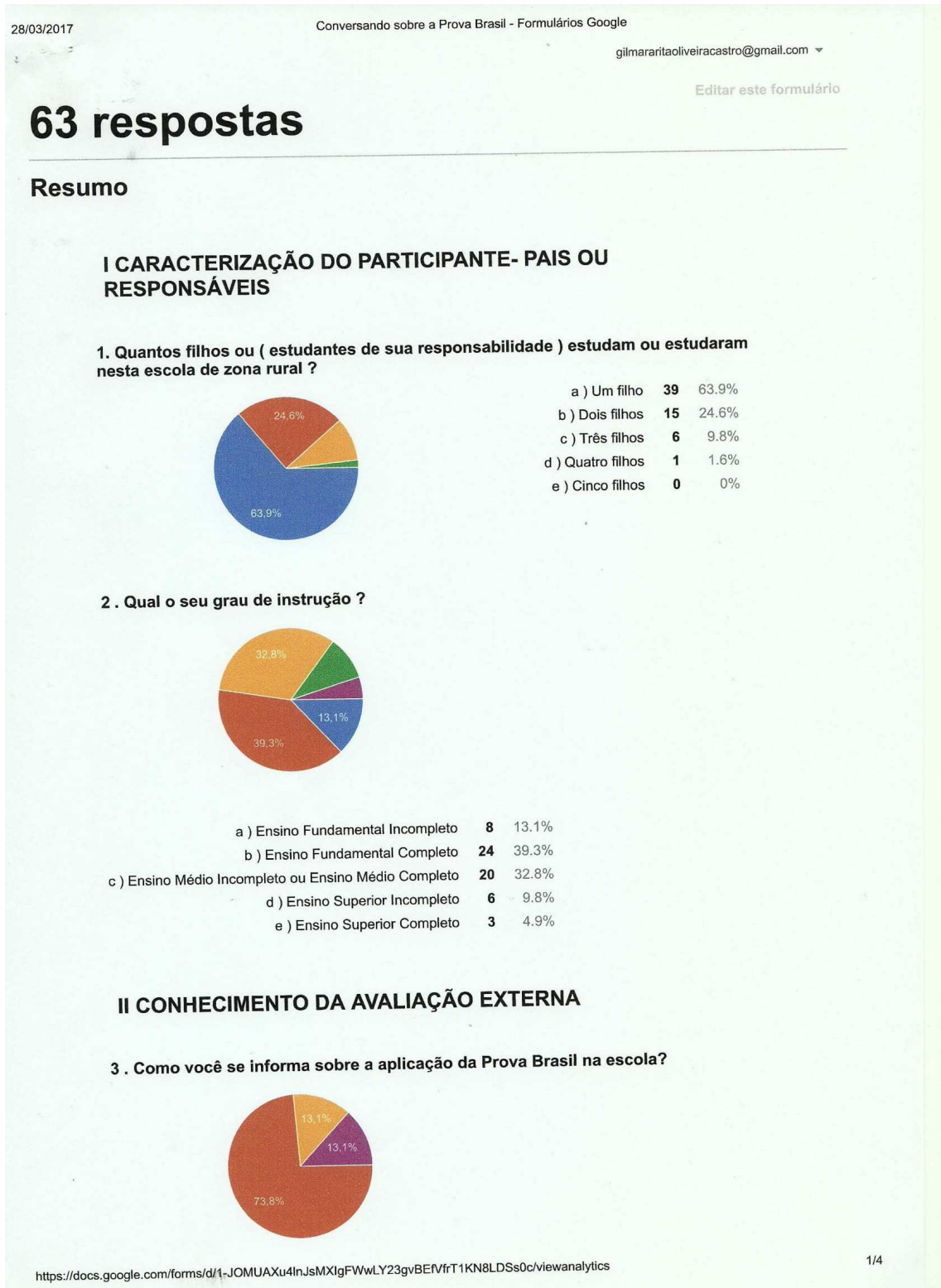


- a) Os resultados são comentados de um modo geral 5 4%
- b) Os resultados são comentados de modo geral e algumas questões são explicadas 6 4.8%
- c) Os resultados são comentados de um modo geral e ALGUMAS questões da prova são realizadas como atividades em sala de aula 13 10.4%
- d) Os resultados são comentados de modo geral e TODAS as questões da prova são realizadas como atividades em aula 6 4.8%
- e) Os resultados não são trabalhados em sala de aula 95 76%

Número de respostas diárias



APÊNDICE H – Resultados do Questionário (Pais ou responsáveis)

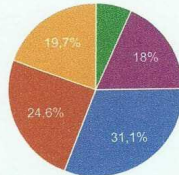


28/03/2017

Conversando sobre a Prova Brasil - Formulários Google

a) Pela internet	0	0%
b) Por outros meios de comunicação (rádio,jornais,televisão)	45	73.8%
c) Pela direção	8	13.1%
d) Pelo professor de seu filho	0	0%
e) Por vários meios	8	13.1%

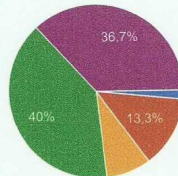
4 . Qual seu conhecimento a respeito da Prova Brasil ?



a) Não sei o que é nem para que serve	19	31.1%
b) Sei o que é mas não sei para que serve	15	24.6%
c) Sei o que é e para que serve, mas não entendo como funciona	12	19.7%
d) Sei o que é e para que serve, entendo como funciona e auxilio meu filho preparando para fazer a prova	4	6.6%
e) Sei o que é para que serve, entendo como funciona mas não preparo meu filho para a prova	11	18%

III REALIZAÇÃO DA PROVA

5 . Como você incentiva seu filho a fazer a Prova Brasil ?

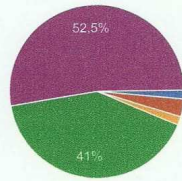


a) Conversa sobre a importância da Prova Brasil	1	1.6%
b) Conversa sobre a importância e garante sua frequência para fazer a Prova	8	13.1%
c) Conversa sobre a importância, garante sua frequência e auxilia preparando para fazer a Prova	5	8.2%
d) Não conversa sobre a Prova, garante a sua frequência	24	39.3%
e) Não considera que seja sua atribuição	22	36.1%

6 . O que você pensa que dificulta seu filho a realizar a Prova Brasil ?

28/03/2017

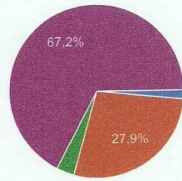
Conversando sobre a Prova Brasil - Formulários Google



m aula	1	1.6%
m aula	2	3.3%
tempo	1	1.6%
Brasil	25	41%
e) Não tem opinião formada	32	52.5%

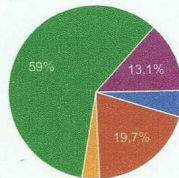
IV USO DOS RESULTADOS DA PROVA BRASIL

7 . Como os resultados da Prova Brasil são divulgados na escola para você ?



a) Pelo mural da escola	1	1.6%
b) Pelo diretor	17	27.9%
c) Pelo professor de seu filho	0	0%
d) De diferentes formas	2	3.3%
e) Desconhece os resultados	41	67.2%

8 . Como você participa da análise dos resultados da Prova Brasil ?

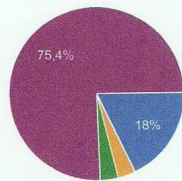


a) Participa a convite da direção ou do Conselho Escolar em reuniões na escola	3	4.9%
b) Participa a convite do professor em reuniões de pais	12	19.7%
c) Participa de diferentes formas	2	3.3%
d) Não participa de reuniões sobre este assunto	36	59%
e) É convidado, mas não tem tempo disponível para participar	8	13.1%

9 . Como o Conselho Escolar contribui com a direção da escola para análise dos resultados da Prova Brasil ?

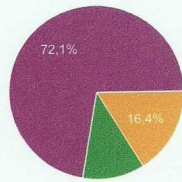
28/03/2017

Conversando sobre a Prova Brasil - Formulários Google



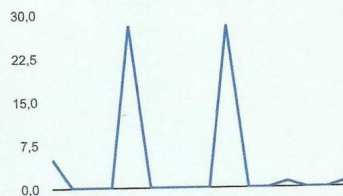
a) Não tem opinião formada	46	75.4%
b) Não tem opinião formada	11	18%
c) O Conselho Escolar contribui de diferentes formas	2	3.3%
d) O Conselho Escolar é pouco atuante na escola	2	3.3%
e) Não tem opinião formada	0	0%

10 . A análise dos resultados da Prova Brasil tem contribuído para a qualidade do ensino porque transforma as ações de toda a comunidade escolar. Em relação a esta afirmação, você:



a) Discorda totalmente, pois a análise não é realizada com o Conselho Escolar	0	0%
b) Discorda parcialmente, pois a análise realizada é superficial	0	0%
c) Concorda parcialmente, pois a análise contribui somente para identificar as dificuldades	10	16.4%
d) Concorda totalmente, pois a análise contribui para a reflexão e a realização de novas ações na escola	7	11.5%
e) Não tem opinião formada	44	72.1%

Número de respostas diárias



APÊNDICE I – Termo de Consentimento para participação

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO INSTITUCIONAL
UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS-UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS- GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO STRICTOSENSU
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO EDUCACIONAL**

Eu, Gilmara Rita Oliveira Castro, aluna do Mestrado Profissional em Gestão Educacional /UNISINOS, sob a orientação da profa. Dra. Ana Lúcia Souza de Freitas, estou desenvolvendo uma pesquisa para minha dissertação, intitulada “ O IDEB E SUAS IMPLICAÇÕES NO DIA A DIA DE ESCOLAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE VIAMÃO.

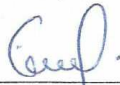
O estudo será realizado em duas escolas da zona rural, na rede municipal do município de Viamão, com alunos do 6º ano do ensino fundamenta II, professores do 5ºano, gestores e pais ou responsáveis. Tem como objetivo principal compreender as contribuições dos resultados do IDEB para gestão de escolas da zona rural do município de Viamão, tendo em vista a promoção de aprendizagem, tendo como foco a Prova Brasil.

Sendo assim, solicito autorização para realizar esse estudo nas escolas de Ensino Fundamental _____, selecionadas por participarem da Prova Brasil desde a sua primeira edição. Esclareço que será utilizado um termo de consentimento livre e esclarecido para cada participante. A coleta de dados consistirá em um questionário estruturado para gestores, alunos, professores e pais ou responsáveis, que serão convidados a respondê-lo por meio de um aplicativo *on line*. Ao responder este questionário, os participantes da pesquisa terão uma oportunidade de refletir sobre sua experiência com a Prova Brasil. Suas respostas vão gerar dados que poderão contribuir para a reflexão sobre a melhoria do ensino e da aprendizagem na escola. A devolução da análise será feita junto à direção das escolas. Assegura-se que todas as informações descritas no questionário serão tratadas com confidencialidade, sendo que a identidade da escola só será revelada se for de acordo com a sua vontade.

Autorizo a divulgação dos nomes das escolas: () Sim (X) Não

Os procedimentos utilizados nesta pesquisa obedecem aos critérios de ética na pesquisa com Seres Humanos conforme resolução nº 466/2012 do Conselho nacional da Saúde. Nenhum procedimento realizado oferece riscos à dignidade do participante. Todo material ficará sob minha responsabilidade e após cinco anos será destruído.

Agradeço a colaboração dessa instituição para o desenvolvimento desta pesquisa e coloco-me à disposição para qualquer esclarecimento. O contato poderá ser feito pelo telefone (51) 99145309 / (51) 34353940 ou pelo email gilmararita@yahoo.com.br.



Gilmara Rita Oliveira. Castro

Mestranda



Profa. Dra. Ana Lúcia Souza de Freitas

Orientadora

Porto Alegre, 19 de outubro de 2016.

Assinatura do Responsável na instituição e carimbo

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS-UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTOSENSU
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO EDUCACIONAL**

CONVITE

Ao responder o questionário “*Conversando sobre a Prova Brasil*”, você terá uma oportunidade de refletir sobre sua experiência com a Prova Brasil. Suas respostas vão gerar dados que poderão contribuir para a reflexão sobre a melhoria do ensino e da aprendizagem na escola. Sua contribuição é muito importante!

TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu, _____ RG _____
integrante da comunidade escolar da _____ do
Município de Viamão, estou plenamente de acordo em responder o questionário *on line*. Estou ciente de
que os dados coletados serão utilizados com finalidade de estudo e pesquisa, respeitando todos os
preceitos da ética, de modo a contribuir para a reflexão sobre a qualidade do ensino e da aprendizagem
na escola.

ASSINATURA

Em 04 / 11 /2016

Agradeço a sua colaboração para o desenvolvimento desta pesquisa e coloco-me à
disposição para qualquer esclarecimento. O contato poderá ser feito pelo telefone (51) 99145309
/ (51) 34353940 ou pelo email gilmararita@yahoo.com.br.

Gilmara Rita Oliveira. Castro


Mestranda

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS-UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTOSENSU
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO EDUCACIONAL**

CONVITE

Ao responder o questionário “*Conversando sobre a Prova Brasil*”, você terá uma oportunidade de refletir sobre sua experiência com a Prova Brasil. Suas respostas vão gerar dados que poderão contribuir para a reflexão sobre a melhoria do ensino e da aprendizagem na escola. Sua contribuição é muito importante!

TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu,  integrante da comunidade escolar da _____ do Município de Viamão, estou plenamente de acordo em responder o questionário *on line*. Estou ciente de que os dados coletados serão utilizados com finalidade de estudo e pesquisa, respeitando todos os preceitos da ética, de modo a contribuir para a reflexão sobre a qualidade do ensino e da aprendizagem na escola.

ASSINATURA

Em 04 / 11 /2016

Agradeço a sua colaboração para o desenvolvimento desta pesquisa e coloco-me à disposição para qualquer esclarecimento. O contato poderá ser feito pelo telefone (51) 99145309 / (51) 34353940 ou pelo email gilmara@yaho.com.br.

Gilmara Rita Oliveira. Castro

Mestranda

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS-UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTOSENSU
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO EDUCACIONAL**

CONVITE

Ao responder o questionário “*Conversando sobre a Prova Brasil*”, você terá uma oportunidade de refletir sobre sua experiência com a Prova Brasil. Suas respostas vão gerar dados que poderão contribuir para a reflexão sobre a melhoria do ensino e da aprendizagem na escola. Sua contribuição é muito importante!

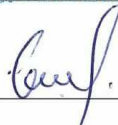
TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu, _____ RG _____
integrante da comunidade escolar da _____
do Município de Viamão, estou plenamente de acordo em responder o questionário *on line*. Estou ciente de que os dados coletados serão utilizados com finalidade de estudo e pesquisa, respeitando todos os preceitos da ética, de modo a contribuir para a reflexão sobre a qualidade do ensino e da aprendizagem na escola.

ASSINATURA

Em 04/11 /2016

Agradeço a sua colaboração para o desenvolvimento desta pesquisa e coloco-me à disposição para qualquer esclarecimento. O contato poderá ser feito pelo telefone (51) 99145309 / (51) 34353940 ou pelo email gilmararita@yahoo.com.br.



Gilmara Rita Oliveira. Castro

Mestranda

ANEXOS

ANEXO A – Mapa das Regiões do Orçamento Participativo - Viamão

